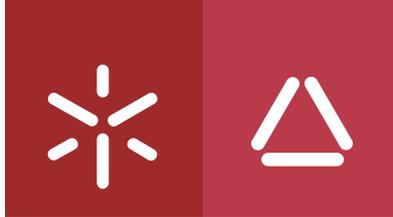


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Vitor André Ferreira Monteiro

**O Sector Cooperativo na Galiza e  
no Norte de Portugal  
Visão geral e perspectivas de colaborações  
presentes e futuras na Euro-região**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Vítor André Ferreira Monteiro

**O Sector Cooperativo na Galiza e  
no Norte de Portugal**  
**Visão geral e perspectivas de colaborações  
presentes e futuras na Euro-região**

Relatório de Projecto  
Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor Joel Augusto Felizes**

Abril de 2013

## DECLARAÇÃO

**Nome:** Vítor André Ferreira Monteiro

**Endereço electrónico:** pg18850@uminho.pt      **Telefone:** 253811147

**Número do BI/CC:** 13579094

**Título do Relatório:** O Sector Cooperativo na Galiza e no Norte de Portugal – Visão geral e perspectivas de colaborações presentes e futuras na Euro-região

**Orientador:** Prof. Dr. Joel Augusto Felizes

**Ano de conclusão:** 2013

**Designação do Mestrado:** Mestrado em Políticas Comunitárias e Cooperação Territorial

*É autorizada a reprodução parcial deste trabalho projecto apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.*

Universidade do Minho, 23 de Abril de 2013

Assinatura:

## Agradecimentos

Agradecemos, ao Dr. João Albuquerque, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Barcelos, que apesar de não ser um “actor do sector cooperativo e social” acedeu a sugerir várias hipóteses de contacto e de estudo para este trabalho e que nos deu uma certa visão sobre a falta de vitalidade de colaborações do terceiro sector entre organizações das cidades geminadas de Barcelos e de Pontevedra, e ao Sr. Dr. Fernando Martinho, Presidente da Direção da UniNorte – União Cooperativa Polivalente da Região Norte, CRL e Coordenador dos Projectos de Cooperação Galiza Norte de Portugal da UniNorte.



## **Resumo**

O sector cooperativo e social é em muitos locais do mundo visto como um sector menor, ou pelo menos “entalado” entre os sectores principais e mais tradicionais da economia, a saber o privado/lucrativo e o público. Na Euro-região Galiza-Norte de Portugal este sector encontra-se bastante fragilizado, devido ao facto de a maioria do sector não-público da economia ser ocupado pelo sector privado, e devido à actual crise económico-financeira, que causa vários problemas de subsistência a todos os sectores. É porém inegável que ambos os sectores cooperativos, o galego e o norte-português, têm as suas forças específicas, e assim sendo, julgamos que, pelo menos de um ponto de vista teórico, as suas fraquezas específicas poderiam ser ultrapassadas pela associação de esforços, compensando fraquezas de um lado da fronteira nacional com as forças do outro lado. Isto parece óbvio. Mas será?

Este trabalho procura assim, em primeiro, ver a história, as características e o enquadramento jurídico e fiscal do sector cooperativo, para depois se concentrar nas forças e limitações das cooperativas dos dois lados da fronteira, analisando os esforços de colaboração no seio da euro-região, a evolução destes esforços e dos dois sectores cooperativos, especialmente ao longo destes últimos anos marcados pela crise. Dedicamos aqui uma atenção mais específica aos sectores da agricultura e da educação. Baseados nisto tentamos apurar que potencial de melhoria poderia trazer uma colaboração mais próxima entre as duas regiões e que medidas poderiam ser pensadas para estreitar essa colaboração entre os sectores cooperativos norte-português e galego.



## **Abstract**

The cooperative and social sector is in many places of the world seen as a minor sector, or at least a sector “stuck” between the main and traditional sectors of the economy, the private/profit-oriented and the public. In the Euroregion Galicia-North of Portugal this sector is very fragile due to the fact that most of the non-public sector of the economy is occupied by the private sector, and given the current economic and financial crisis, which causes several subsistence problems to all sectors. But it is undeniable that both cooperative sectors, the Galician and Portuguese-northern, have their specific strengths, and therefore, we believe that, at least from a theoretical point of view, their specific weaknesses could be overcome by the combination of efforts, compensating for weaknesses on one side of the border with the strengths on the other side. This seems obvious. But is it?

This report thus seeks, first, to see the history, characteristics and the legal and tax framework of the cooperative sector, and then focus on the strengths and limitations of cooperatives on both sides of the border, analyzing collaborative efforts within the Euroregion, the evolution of both these efforts and cooperative sectors, especially over the last few years marked by the crisis. Here we dedicate more specific attention to cooperatives operating in the field of agriculture and education. Based on this we try to determine what potential improvements could bring closer collaboration between the two regions and what measures could be designed to strengthen the collaboration between the Portuguese-northern and Galician cooperative sectors.



## Índice

<b>Introdução</b> .....	13
<b>1. Teoria e história do Terceiro Sector: os casos de Espanha e de Portugal</b> .....	17
1.1. Identificações e noções sobre o “terceiro sector” .....	17
1.2. Movimento e modelo de organizações do cooperativismo .....	19
1.2.1. <i>Definição de cooperativa e de cooperativismo</i> .....	19
1.2.2. <i>Princípios correntes do cooperativismo</i> .....	20
1.2.3. <i>Tipos de cooperativas</i> .....	22
1.3. História e princípios do movimento cooperativo .....	23
1.3.1. <i>História geral do cooperativismo</i> .....	23
1.3.2. <i>As origens do cooperativismo em Portugal e o caso da região do norte</i> .....	25
1.3.3. <i>As origens do cooperativismo em Espanha e o caso da Galiza</i> .....	26
<b>2. Caracterização geral dos sectores cooperativos em Portugal e em Espanha</b> .....	31
2.1. A realidade actual do sector cooperativo em Portugal .....	31
2.1.1. <i>O sector cooperativo agrícola do norte de Portugal</i> .....	36
2.2. A realidade actual do sector cooperativo em Espanha .....	40
2.2.1. <i>O sector cooperativo agrícola em Espanha e na Galiza</i> .....	41
2.3. Enquadramento fiscal e incentivos do sector cooperativo e social .....	45
2.3.1. <i>Legislação fiscal sobre cooperativas em Portugal</i> .....	46
2.3.2. <i>Legislação fiscal sobre cooperativas na Galiza</i> .....	47
2.3.3. <i>Diferenças entre a legislação fiscal galega e portuguesa sobre cooperativas</i> .....	49
2.4. Programas governamentais portugueses para o “terceiro sector” .....	50
2.4.1. <i>O PRODESCOOP e seus efeitos</i> .....	50
2.4.2. <i>O PAECPE e seus efeitos</i> .....	53
Nota sobre a Portaria que revoga o PRODESCOOP e passa as suas competências para o PAECPE.....	54
2.5. As Euro-regiões e as geminações enquanto instrumentos para colaboração transfronteiriça no “terceiro sector” .....	55
2.6. Em síntese .....	58
<b>3. Mudança e necessidades/instrumentos para ela no “terceiro sector” galego-norte-português</b> .....	61
3.1. Alterações no número de cooperativas nas duas áreas da euro-regiões .....	61
3.2. Necessidade de mudança no cooperativismo galego-norte-português .....	62

3.3. Fragilidades comuns à Euro-região Galiza-Norte de Portugal.....	66
3.4. Iniciativas de colaboração entre os sectores cooperativos euro-regionais já existentes...	66
3.4.1. <i>Programas de colaborações dos dois sectores cooperativos</i> .....	66
3.4.2. <i>Outras iniciativas de colaboração</i> .....	70
<b>Conclusões</b> .....	71
<b>Bibliografia</b> .....	77

## Índice de gráficos

<b>Gráfico 1</b> - Comparação do número de cooperativas (Norte e Lisboa e Vale do Tejo, 2003) ...	34
Gráfico 2 - Comparação do número de cooperativas (Norte e Lisboa e Vale do Tejo, 2009) ....	34
Gráfico 3 - Número de cooperativas galegas por tipo de cooperativa (2002).....	43

## Índice de tabelas

Tabela 1 - Evolução do número de cooperativas por ramo em Portugal (2000 – 2010).....	32
Tabela 2 – Número de cooperativas por Distrito do Norte de Portugal em 2009 .....	33
Tabela 3 - Cooperativas, sócios, empregos e vendas em Espanha (2008) .....	41
Tabela 4 - Presença de cooperativas na Galiza por província (2003) .....	44
Tabela 5 – Divisão das Cooperativas galegas por “idade” (2003) .....	44



## Introdução

O sector cooperativo e social, vulgo “terceiro sector” é um sector económico que se distinguiu dos sectores público e privado de forma relativamente recente, para definir pequenas cooperativas, negócios em autogestão, ONGs e todas as empresas, organizações e instituições afins que por uma razão ou outra não se podem considerar como parte do sector privado, apesar de não pertencerem ao Estado, e por terem normalmente fins não-lucrativos, o que “viola” a concepção tradicional dos «negócios como instrumentos para maximizar o lucro financeiro de capital investido» (Taylor 2010, 61)) que as aproximam das instituições públicas tradicionais.

O terceiro sector é em Portugal, apesar de até ser constitucionalmente reconhecido<sup>1</sup>, muito mais fraco de que os dois outros sectores económicos, ante um praticamente omnipresente sector público e um sector privado que ocupa a maioria do espaço económico em posse não-estatal. Mas, ao mesmo tempo que, por exemplo, entre o ano de 2007 e 2008 houve um decréscimo do número de cooperativas em Portugal (de 3.297 para 3.288) (Barcelos Popular 2009, 20), a realidade do sector cooperativo e social/terceiro sector melhorou bastante em termos de número de cooperativas e outras organizações e empresas constituintes em relação à década anterior, tendo crescido a partir de um número de 2.878 de cooperativas em actividade em 1998: este optimismo deve ser porém moderado, pois este mesmo indicador mostra tendência de queda em 2009 (3.128 cooperativas) e de novo em 2010 (3.109 cooperativas), segundo os dados da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social. Na Galiza, onde o regionalismo/nacionalismo regional (umbilicalmente ligado com o cooperativismo nesta região nacional espanhola), é pouco forte comparado com outras regiões de Espanha (e subsequentemente há um forte centralismo), o cooperativismo acaba por ter fragilidades tal como o Norte de Portugal, embora com nuances da sua própria situação, assim dando origem a igual relativa fraqueza do terceiro sector.

Será então que a cooperação entre organizações e outros actores do sector cooperativo e social na Euro-região Galiza-Norte de Portugal poderá ser a “salvação” deste, juntando forças de ambos os lados para juntos fortalecerem os terceiros sectores de ambos os lados da fronteira hispano-portuguesa nesta euro-região? Que esforços têm sido feitos

---

<sup>1</sup> Coisa que não é convenção de todas as constituições nacionais, por isso não acontecendo em todos os países.

neste sentido? Que resultados e mudanças já existem, se alguns/algumas? Que potencialidades haverá?

Antes de pudermos começar a análise propriamente da questão subjacente ao trabalho, começaremos por identificar concretamente o que é o chamado “terceiro sector”, e o que concretamente define a organização cooperativa e o movimento cooperativo que apoia a sua criação, e especificamente a história da prática cooperativista em Portugal e Espanha, e especificamente das duas regiões destes países aqui em causa. Depois dessa introdução, poderemos realmente avançar para o traçar do retrato do sector cooperativo no Norte de Portugal e na Galiza, nos seus factos, números, legislação fiscal para cooperativas, e programas governamentais para o sector no caso de Portugal. Para terminar, identificaremos a evolução que têm tomados os dois sectores cooperativos e sociais em causa, em termos de mudanças que têm ocorrido, mas também em termos do que falta a essa evolução, em termos de mudanças necessárias e fragilidades reais, e instrumentos que poderão ser utilizados para tratar dessas mudanças e fragilidades, nomeadamente os programas de colaboração entre os sectores cooperativo e social da Galiza e Norte de Portugal.

No âmbito dos problemas ou limitações que afectam o cooperativismo galego e norte-português, tentámos ver que mudanças efectivas e concretas estarão a trazer até ao momento as iniciativas neste sector, de um ou de ambos os lados da euro-região, e que outras iniciativas poderiam ser postas em prática para resolver as fragilidades hoje existentes. A este propósito referimos, para Portugal, os efeitos dos principais programas governamentais recentes no domínio do cooperativismo, o PRODESCOOP de 2009 e o PAECPE de 2011. Visto que as cooperativas, quer em Portugal quer em Espanha, têm estatutos fiscais específicos com benefícios fiscais para seu incentivo (e que em todo o mundo o financiamento de cooperativas é sempre visto como problemático, sendo portanto que para o “terceiro sector”, ante a concorrência numa economia de mercado), “todas as ajudas são bem-vindas”, analisaremos também neste trabalho a legislação fiscal para cooperativas existente em Portugal e Galiza. E não poderemos terminar, como é óbvio, sem dedicar alguma atenção às iniciativas de colaboração entre as duas euro-regiões no sector cooperativo e social, porque não podemos limitar-nos a analisar as situações e circunstâncias do sector para determinar, teoricamente, o potencial de melhoria dos sectores cooperativos e sociais norte-português e galego sem estudar as colaborações existentes de facto.

Este trabalho de projecto terá, portanto, como objectivos principais a definição do estado de coisas actual nos sectores cooperativo e social norte-português e galego, das suas vulnerabilidades e da apresentação das tentativas de cooperação que podemos chamar de “inter-euro-regional” neste campo. Assim iremos ainda mostrar até que ponto este modelo estará a alterar o presente estado de coisas do terceiro sector. É claro que a responsabilidade da tarefa de criar hábitos maiores de planeamentos antecipados e detalhados pertence aos conselhos dirigentes e gerências das cooperativas, responsáveis<sup>2</sup> por execução e desenvolvimento de planos para períodos mais ou menos próximos e às assembleias de sócios mais a longo prazo (Mougán Bouzón 2012, p. 203). Como tal os papéis actuais destes órgãos na gestão actual das cooperativas da euro-região será um dos principais elementos a ter aqui em conta.

Originalmente este trabalho tinha também o objectivo de analisar, para fins de estudo do ângulo humano/pessoal destas questões, e de completar a informação teórica e estatística apresentada no relatório de casos específicos, as respostas a um inquérito de feitura própria efectuado a trabalhadores e dirigentes no sector cooperativo e social galego-norte-português. A ideia original era incluir neste texto essa análise do inquérito, e no final do trabalho, como anexo, revelar os textos dos inquéritos base para respondentes do Norte de Portugal e para respondentes da Galiza. Apesar das nossas “ambições” e dos nossos esforços de conseguir aceder a respondentes e/ou organizações intermediárias (para encontrar outros respondentes), somente a UniNorte respondeu, e com informação escassa, tendo este “percalço” sido compensado com a reformulação do trabalho para a resposta da pergunta somente pelo uso da informação recolhida de outros autores, sem esses olhares mais pessoais ou “por dentro” da realidade, o que talvez não permita que o estudo tenha todo o alcance que pudesse ter, mas não poderá impedir totalmente de tirar conclusões quanto a este tema.

Quanto a metodologia, o espaço geográfico que analisamos é claro do lado Galego, que é uma região com demarcação clara, mas do lado norte-português, a definição desta área variará em algumas estatísticas e análises ao longo do trabalho, sendo a área de um conjunto de concelhos norte-portugueses associados no caso de discussões do Eixo Atlântico, sendo a área dos distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana e Vila Real no caso de estudos que registam dados nacionais portugueses por distritos (sendo assim o

---

<sup>2</sup> Se estes cargos existirem nas cooperativas em causa. Embora o modelo de funcionamento básico das cooperativas incluam os cargos e funcionamento referidos acima, o funcionamento de uma cooperativa pode variar de uma para outra.

reunir dados desses distritos a única forma de conseguir medir o pulso ao sector cooperativo e social do lado português da euro-região Galiza-Norte de Portugal), apesar de em termos da definição da euro-região se usem padrões regionais europeus (assim sendo, estrito senso o lado português desta euro-região é definida pela junção das NUTS II de Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Douro, Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Minho-Lima e Tâmega), nenhuma destas realidades sendo totalmente coincidente, mas analisar Nortes de Portugal com diferentes fronteiras é consequência natural da falta de regiões claramente e de forma uniforme definidas do lado português, sendo usadas ao invés várias, segundo diversos padrões e convencionando dividir diferentes áreas.

Para fins de honestidade intelectual, é de notar que neste trabalho, devido a poucos casos em que haja coincidência entre anos de execução de estudos estatísticos na Galiza e no Norte de Portugal e a diferenças de grau de profundidade entre os estudos do sector feitos dos dois lados da fronteira (pelo que as comparações não são completamente “perfeitas”), vimo-nos forçados, devido à informação disponível, a comparar informações de anos diferentes, a usar estudos cujas metodologias e graus de fidedignidade divergem, ou a usar por vezes informações do todo do território português ou espanhol para fins de comparação quando informação especificamente das regiões que compõem a euro-região em estudo faltar. Por este quase misturar de “alhos e bugalhos” pedimos desculpas antecipadamente. Apesar de tudo isto, cremos que conseguimos obter e analisar um conjunto de informações relevantes da forma mais completa e bem-sucedida possível, dadas as limitações do estudo do tema em causa, bastante pouco explorado, principalmente sob o ângulo deste estudo da colaborações dos sectores dos dois lados e suas potencialidades, e dadas as limitações das estatísticas por nós referidas acima.

# 1. Teoria e história do Terceiro Sector: os casos de Espanha e de Portugal

## 1.1. Identificações e noções sobre o “terceiro sector”

Começaremos por identificar o que é o terceiro sector à luz de classificações de autores da sociologia e da economia. Como diz Isabel Vidal (do *Centro de Investigación de Economía y Sociedad* de Barcelona), economia social<sup>3</sup> é o termo cunhado para identificar vários “outros negócios” cuja existência não é só explicada pela busca de maximização dos lucros (Taylor 2010, 61). O terceiro sector é também conhecido como sector cooperativo e social (principalmente em Portugal e Espanha), sector cooperativo (entre apoiantes do cooperativismo), sector social ou economia social (principalmente no mundo anglo-saxónico e de línguas germânicas), economia social e solidária (principalmente no contexto francófono<sup>4</sup>), sector de empresas sociais e negócios éticos (terminologia preferida no Reino Unido (Brown 2006, 3)), ou até economia associativista ou mutualista (entre os que são mais influenciados pelos ideais associativista e mutualista do que pelo cooperativismo).

Mas a natureza e terminologia mais clássicas podem ser contestadas mesmo por autores respeitáveis da área: a ideia do sector cooperativo como um terceiro sector é contestada por alguns autores como George Fauquet, que divide o sector privado em “sector capitalista” (o sector privado constituído de empresas realmente proprietárias de capital, ou empresas que são posse de proprietários de capital) e “sector propriamente privado” ou “sector das pequenas unidades económicas” (incluindo empresas privadas que não são donas de recursos de capital ou que não são posse de proprietários do capital, e ainda as pequenas e médias empresas e pequenas unidades económicas afins) (Fauquet 1980, 21-22 e 102). Este “sector das pequenas unidades económicas”, no fundo juntava não só os pequenos actores do sector privado, mas também os actores económicos do sector cooperativo e social organizadas de forma não plenamente cooperativa, neste “sector das pequenas unidades económicas”, assim fazendo do “terceiro sector” normalmente entendido o “quarto sector” no seu entendimento e dividindo o sector privado e o sector cooperativo e social em duas partes, juntando as duas partes menos

---

<sup>3</sup> Ocasionalmente outro termo para o terceiro sector.

<sup>4</sup> neste caso considerando-se associações da economia social ou da economia solidária todo o tipo de organizações e iniciativas com fins solidários, sejam do sector público, privado ou cooperativo e social

“características” dos sectores num novo “terceiro sector”. Como que admitindo que a divisão poderia ser algo forçada, Fauquet refere que o sector cooperativo como por ele entendido, está mais intimamente ligado com o “sector propriamente privado”, visto que enquanto que as relações do sector cooperativo com o “sector capitalista” são essencialmente de competição com possibilidade de trocas comerciais, e as relações do cooperativo com o sector público decorrem dependendo do grau de desenvolvimento do sector público e cooperativo no local em causa (Fauquet 1980, 22-23); isto no fundo constitui uma espécie de admissão de que o “sector propriamente privado” e o sector económico puramente de cooperativas têm algum *overlap*, formando o tradicionalmente considerado “sector cooperativo e social”.

Pode-se também discutir o alcance da economia social, que de facto atinge para fora do terceiro sector propriamente dito: em Portugal, por exemplo, a economia social é considerada como incluindo não só as cooperativas, mutualidades, misericórdias e afins, mas também Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs) (Barata 2012, 5) que poderão ser discutivelmente consideradas parte do sector privado, e fundações (Baratas 2012, 5) que poderão ser discutivelmente consideradas parte do sector público. Pode, como vimos com Fauquet, considerar-se que as cooperativas por si só formam um sector, o sector cooperativo, sem os extras da economia social. Para fins deste trabalho, consideraremos terceiro sector o sector cooperativo e social, incluindo cooperativas e todos os outros elementos do sector como considerados pela legislação e sociologia portuguesa, incluindo aquelas “pequenas unidades económicas” do “sector propriamente privado” de Fauquet que caem sob as características do sector cooperativo e social, como as IPSSs.

Para razões deste estudo, centrar-nos-emos principalmente nas actividades de cooperativas da euro-região em causa, não por considerarmos o “terceiro sector” como sendo constituído só por cooperativas (e muito menos por acharmos que haja não só um terceiro sector mas ainda um quarto, como Fauquet), mas simplesmente por serem o tipo de iniciativas mais tradicionais, notórias e características deste sector. Assim, ao longo deste trabalho, consideraremos como “terceiro sector” aquilo definido no contexto ibérico, e principalmente português, como “sector cooperativo e social”, incluindo a economia social e o sector económico composto por cooperativas, sendo que ao longo do texto usaremos alternadamente os termos “terceiro sector”, “sector cooperativo e social”, “sector cooperativo” ou “economia social” à vez simplesmente para não enfadar a leitura com uso repetitivo do mesmo termo (embora estejamos

sempre a referir-nos à mesma realidade), e centrar-nos-emos nas cooperativas principalmente (mas não somente), não por ser a nossa visão da totalidade do “terceiro sector”, mas por meramente ser mais cómodo para executar o estudo, evitando torná-lo demasiado extenso ao dedica-lo a todas as dimensões do sector em causa na euro-região estudada. Em termos de terminologia também clarificaremos agora que usamos sector para nos referimos mais concretamente aos sectores económicos macro<sup>5</sup>, mas por influência de algumas das fontes que usamos, e por considerarmos que não cria excessiva confusão, também usamos ao longo do trabalho o termo sector para referir os subsectores que podemos encontrar dentro dos três sectores económicos mais macro. Isto leva na prática que, alternadamente, nos referira-mos, por exemplo, ao “sector cooperativo agrícola” e ao “subsector cooperativo agrícola”, querendo significar com ambos a mesma realidade.

## 1.2. Movimento e modelo de organizações do cooperativismo

### *1.2.1. Definição de cooperativa e de cooperativismo*

A esfera da economia social/“terceiro sector”/“sector cooperativo e social” inclui formas de organização da actividade produtiva como o associativismo, o cooperativismo e o mutualismo. Sendo o sector cooperativo naturalmente constituído por cooperativas, importa retomar a questão “como definiremos uma cooperativa?” já há décadas levantada por António Sérgio. Para este autor, a cooperativa deve ser definida “como uma empresa que é ao mesmo tempo uma associação de pessoas (e não uma mera associação de capitais, como as empresas capitalistas), e além disso, um lar de convivência fraterna e um foco de aperfeiçoamento intelectual e moral, tendo por objectivo o criar um novo sistema de relações sociais e fazer terminar, em grau maior ou menor, as divergências de interesses e os antagonismos económicos” (Barcelos Popular 2009, 13). Como admite o histórico do cooperativismo George Fauquet, “os cooperadores tiveram sempre a noção de que as suas instituições traziam novos princípios de organização à economia e novas regras de conduta à vida social” (Fauquet 1980, 20). Ele modera esta ênfase idealista e ideológica do modelo referindo que «a maior parte» dos cooperativistas «apenas antevia que essas transformações se efectivassem sob a forma de um desenvolvimento indefinido das instituições

---

<sup>5</sup> Que na nossa interpretação, que é também a mais usual e na mais usual e clássica, privado, público e cooperativo e social)

cooperativas, que deveriam absorver, a pouco e pouco, o meio envolvente de livre concorrência» (Fauquet 1980, 20).

Machado de Almeida acrescenta que o movimento cooperativo, isto é, o movimento filosófico-político subjacente e apoiante de um maior investimento no sector cooperativo e social, é uma organização para a mudança social “das, para e com as pessoas”, sendo portanto movimentos de pessoas que “são e deveriam ser mobilizadas para objectivos comuns, com princípios assentes na democracia e na participação” (Machado de Almeida 2005, 55). Isto revela que o vulgo “terceiro sector” é assim não só um simples sector económico como os outros dois, mas também e quiçá acima de tudo, uma abordagem quase-ideológica à questão económico-social e quase sempre um modelo económico com moldura política subjacente com o fim de melhorar as condições de vida de largos segmentos da população, com soluções distintas das dos sectores público e privado.

As cooperativas têm assim um papel de “representatividade de pessoas, comunidades e sectores de actividade” (Revista País Positivo 2012, 1). As cooperativas e outras organizações e empresas do terceiro sector são “estruturas organizativas” que “merecem um apoio muito particular, porque a forma de actuação das cooperativas baseia-se essencialmente nas pessoas e é diferente das empresas, centradas no capital, assumindo-se assim, em termos de génese, como uma verdadeira alternativa às sociedades comerciais” (País Positivo 2012, 1). Assim, subjacente ao cooperativismo está não só a busca de uma reforma do capitalismo mas, talvez em primeiro lugar, ou mais realisticamente, a exploração do facto de o capitalismo, ao ser criado, não ter substituído completamente formas anteriores de organização económica, e de na história nunca nenhuma sociedade ter tido só um tipo de economia operando dentro de si (Fauquet 1980, 20).

### *1.2.2. Princípios correntes do cooperativismo*

No Congresso de Praga da Aliança Cooperativa Internacional de 1948, uma sociedade cooperativa foi definida como “toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria económica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observe os princípios de Rochdale.” (Cooperative Union Ltd 1949, 19-20). Os citados princípios de Rochdale foram enunciados pelo grupo fundador da cooperativa “*Rochdale Society of Equitable Pioneers*” (que podemos traduzir como

“Sociedade de Pioneiros Equitativos de Rochdale”) e são normalmente resumidos nos seguintes termos:

- Livre adesão e livre saída
- Controlo democrático (refere-se especialmente à regra “um membro, um voto”)
- Neutralidade política, racial e religiosa
- Vendas à vista, em dinheiro, de produtos não adulterados
- Devolução de excedentes (refere-se à repartição dos excedentes pelos membros)
- Lucros ou juros do capital limitados (o factor trabalho precede o do capital)
- Educação contínua (formação dos membros).

A Aliança Cooperativa Internacional (*International Cooperative Alliance*, ICA) define uma cooperativa como “uma associação autónoma de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer as suas necessidades e aspirações económicas, sociais e culturais comuns através de uma entidade de propriedade comum e democraticamente controlada”. Os referidos princípios de Rochdale são hoje ainda largamente adoptados como orientações de base:

- **Adesão voluntária e aberta:** as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar os seus serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades da pertença, sem discriminação de género, social, racial, política ou religiosa.
- **Controlo democrático pelos membros:** as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam activamente no estabelecimento das suas políticas e na tomada de decisões. Os representantes eleitos são responsáveis perante os membros. Nas cooperativas primárias os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto) e as cooperativas de outros níveis também são organizadas de maneira democrática.
- **Participação económica dos membros:** os membros contribuem equitativamente para, e controlam democraticamente, o capital das suas cooperativas. Pelo menos parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros geralmente recebem uma compensação limitada, se ela existir, sobre o capital subscrito como condição da sua adesão. Os membros destinam os excedentes a um ou todos os seguintes propósitos: desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos, será indivisível; beneficiando membros na proporção das suas transacções com a cooperativa; e apoio a outras actividades aprovadas pelos membros.
- **Autonomia e independência:** as cooperativas são organizações de auto-ajuda autónomas, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou obtiverem capital de fontes externas, fazem-no em condições que assegurem o controlo democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
- **Educação, formação e informação:** as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, representantes eleitos, administradores e funcionários, para que eles possam contribuir efectivamente para o desenvolvimento das suas cooperativas. Elas deverão informar o público em

geral – particularmente os jovens e os líderes de opinião – sobre a natureza e os benefícios da cooperação.

- **Cooperação entre cooperativas:** as cooperativas servem os seus sócios mais efectivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.
- **Preocupação pela comunidade:** as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas por seus membros (International Co-operative Alliance 2013).

A Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, a primeira constituição portuguesa a consagrar a nível constitucional o sector cooperativo português e a comprometer o Estado com a tarefa de fomentar e favorecer este sector ao nível de benefícios fiscais e financeiros (Assembleia da República 1976, art. 85, e Machado de Almeida 2005, 58), também se refere a “princípios cooperativos” que têm de ser observados para que uma cooperativa seja reconhecida como tal (art.º 61º), remetendo para a legislação específica a questão da definição desses princípios, o chamado “Código Cooperativo” (Lei nº 51/96), que refere os mesmos princípios da Aliança Cooperativa Internacional, embora numa redacção dos princípios anterior à que é atrás mencionada. A CRP define também, no mesmo art.º 61º, que as cooperativas se podem agrupar em uniões, federações e confederações.

Apesar deste partilhar de princípios cooperativos comuns, o cooperativismo não deixa de ser um movimento “ao mesmo tempo uno e variado” devido à grande diversidade de grupos sociais que recorrem à actividade cooperativa, às diversas razões ou necessidades subjacente à entrada neste sector e às relações com o Estado, os partidos políticos e os movimentos sociais, relações que variam segundo a estrutura económica e social e mesmo com a história de cada país (Fauquet 1980, 24).

### *1.2.3. Tipos de cooperativas*

As cooperativas podem ser classificadas não só em função do tipo de actividade económica, mas também por uma terminologia clássica que as classifica por “graus”. As cooperativas do primeiro grau são aquelas constituídas por pessoas físicas com iguais direitos de voto, “um membro, um voto”. As cooperativas de segundo grau são as já referidas associações ou federações de cooperativas, com o seu quadro social formado por cooperativas singulares e não por indivíduos singulares. Por fim as cooperativas de terceiro grau são as cooperativas cujo quadro social é formado por associações ou federações de cooperativas.

### 1.3. História e princípios do movimento cooperativo

#### 1.3.1. História geral do cooperativismo

O cooperativismo começou a despontar em meados do século XIX, tendo como pedra basilar “o associativismo e a capacidade de as pessoas se unirem para encontrarem solução para os seus problemas, à luz de um clima de confiança e cooperação” (País Positivo 2012, 1). “As primeiras instituições cooperativas nasceram espontaneamente, filhas da necessidade e do espírito de associação das classes populares e não deste ou daquele grande reformador social”, embora ao longo da história do movimento vários reformadores sociais e ideólogos se tenham “encostado” ao movimento e várias dessas subdivisões ideológicas ou tentativas de um “cooperativismo integral” tenham inspirado intensamente os cooperativistas ao longo da história (Fauquet 1980, 23). O movimento cooperativo moderno surgiu *strictu sensu* em 1844, em Rochdale, arredores de Manchester, associando um grupo de tecelões, incluindo um membro fundador feminino, sendo a principal motivação desse projecto a conjuntura da época, desfavorável ao proletariado, sendo conseqüentemente necessário encontrar uma forma de resistência à exploração da classe trabalhadora infligida pelos empregadores (principalmente aquela exploração que atingia os vários trabalhadores rurais que na época eram atraídos pelas novas fábricas e migravam dentro do território nacional britânico para as áreas urbanas.)<sup>6</sup> A forma tomada por esta primeira cooperativa tinha como primeiro objectivo aliviar estes problemas desta parte da população de Manchester, através de uma união de esforços para comprar, colectivamente, bens de primeira necessidade, como alimentos, entre outras coisas.

Assim o cooperativismo está intimamente ligado à democracia, e assim pode considerar-se ligado à chamada “democracia económica”. É assim óbvio que o sector cooperativo e social tem um carácter ético e idealista que o distingue por completo dos sectores público e privado, tendo um carácter de “gestão democrática e participativa” como elemento claro da sua identidade, dizendo-lhe respeito “a possibilidade de atingir objectivos colectivos e comuns, a criação de emprego e riqueza onde o território mais

---

<sup>6</sup> Isto provocou rapidamente um excesso de mão-de-obra que permitiu aos empregadores citadinos fazer a exploração destes novos residentes, e de trabalhadores industriais e urbanos que estavam dispostos a fazer todo o tipo de trabalhos para garantir o seu sustento e ganhar a vida (mulheres e crianças incluídas. Estes dois últimos grupos, como é sabido, enfrentavam condições ainda mais precárias que os restantes grupos explorados: jornadas de trabalho de 16 horas, salários muito baixos, entre outras).

necessita, a capacidade de melhoria das condições sociais, com forte resistência às crises (País Positivo 2012, 1). Por isso é que Charles Gide (que cunhou o termo “economia social” em 1905) classificava este sector como um “elemento-chave de progresso social” (Taylor 2010, 61).

Apesar das muitas e diversas formas que o movimento e o ideário cooperativo tomaram logo antes do seu primeiro século de existência, logo no XII Congresso da Aliança Cooperativa Internacional de Estocolmo em 1927 se começou a tomar medidas para dar coesão ao cooperativismo para além das divisões teóricas e ideológicas, declarando a unidade fundamental de todas as formas do movimento. No XIV Congresso Internacional de Agricultura em Bucareste, em 1929, repetiu-se o apelo de “unicidade em diversidade” dos congressos cooperativos, ao declarar-se que “as cooperativas de consumo<sup>7</sup> e as cooperativas de produção<sup>8</sup> seguem um caminho comum tendente, nas suas esferas de actividade a fazer desaparecer a supremacia do capital sobre o trabalho e a evitar os excedentes imerecidos”. Basicamente, o unitarismo cooperativo é não só derivado das raízes comuns de todos os diferentes cooperativismos no campo ideológico, mas também da unidade *de facto* no tipo de acção efectuada por todas as cooperativas na prática (Fauquet 1980, 25). O sector cooperativo acaba por formar uma unidade com a economia social, porque o cooperativismo tem um certo *overlap* com todos os tipos de associativismo popular, e a mesma busca de equilíbrio entre acção pessoal e acção e interesse colectivo. A escola de Nîmes, associada a Charles Gide (e a discípulos dele como Fauquet e o próprio António Sérgio), é especialmente preponderante hoje, visto que, ao contrário do cooperativismo inglês de tipo federalista, que tende a agregar toda a acção económica dentro de uma “federação” cooperativista que ambiciona englobar toda a economia, é extremamente tolerante dos diversos tipos de cooperação e de actividade económica, querendo cooperar com todos os agentes económicos e não destruir ou assimilar nenhum modelo diverso do seu (Fauquet 1980, 85).

Também o Parlamento Europeu já reconheceu formalmente, através de uma Resolução de Fevereiro de 2009, a economia cooperativa e social, e as organizações que a constituem e integram, como sujeito no plano jurídico e também como parceiro social,

---

<sup>7</sup> Cooperativas que associam pessoas enquanto consumidoras, em torno de lutas pela contenção dos preços e pela melhoria da qualidade dos bens fornecidos, em oposição à acção do mercado negro

<sup>8</sup> Cooperativas que associam produtores de um dado ramo para a defesa de interesses comuns

algo que é simultaneamente um marco para o reconhecimento institucional e político do sector cooperativo e social e para o relançamento económico deste.

### *1.3.2. As origens do cooperativismo em Portugal e o caso da região do norte*

Podemos dizer que o movimento cooperativo português começou a ser estabelecido em teoria e em prática após a Guerra Civil Portuguesa (1831-1834). Antes disso podemos falar de práticas de pré-cooperativismo que, se quisermos expandir o termo, poderemos chamar de “cooperativistas”, como o caso de celeiros colectivos do tempo de D. Manuel I ou de organizações de tipo agrícola em alguns concelhos nos tempos de D. Diniz ou D. Afonso V.<sup>9</sup>

Porque surgiu o cooperativismo português precisamente neste período? Após o conflito entre Miguelistas e Cartistas, Portugal estava numa situação em que para além de precisar de se reconstruir, a pobreza era abundante por toda a sociedade, e a revolução industrial no país era um fenómeno residual. Assim sendo, tínhamos um Estado enfraquecido e com pouca força económica, os agentes económicos eram de pouca confiança, havendo poucos negócios não afectados pela guerra e pouco tecido industrial e produtivo privado para sustentar e “empurrar para a frente” a economia em geral (e especificamente a população em termos de emprego, salários e bens). Com tudo isto, o cooperativismo acabava por parecer para muitos a melhor solução para alcançar justiça social, o desenvolvimento económico e a recuperação nacional (Machado de Almeida 2005, 55).

Neste quadro, podemos dizer que o cooperativismo português nortenho era ainda muito frágil, se tivermos em conta o desenvolvimento real do sector cooperativo e a popularidade dos ideais cooperativistas no norte de Portugal. Embora desde o princípio tenha havido organizações e defensores do cooperativismo por todo o território português, as suas principais manifestações, desde a década de 1840, ocorrem em Lisboa e na região centro-sul, apesar de muitas destas primeiras organizações serem de âmbito nacional e não local: por exemplo, a primeira organização cooperativa em Portugal foi sediada em Lisboa (Machado de Almeida 2005, 55). Outra prova da relativa fraqueza matricial do cooperativismo nortenho é que se analisarmos as

---

<sup>9</sup> Autores como Fauquet descrevem um cooperativismo pré-oweniano (antes das cooperativas inspiradas no socialista utópico britânico Robert Owen, como a de Rochdale), embora os exemplos apontados por ele em Inglaterra e no norte da Europa sejam de décadas imediatamente antes do séc. XIX (Fauquet 1980, 55-56), e portanto mais próximas do modelo owenista do que as iniciativas tardo-medievais e renascentistas.

biografias de algumas das figuras mais relevantes na história do cooperativismo português<sup>10</sup>, nenhum teve actividade profissional ou naturalidade no Norte do país.<sup>11</sup>

Por tudo isto se vê que, apesar de ter surgido logo em 1898 uma organização como o Congresso das Cooperativas do Norte (Machado de Almeida 2005, 56), o norte do país nunca foi um local especialmente favorável ao cooperativismo, quer em termos de presença de apoio ideológico, quer de força prática.

### *1.3.3. As origens do cooperativismo em Espanha e o caso da Galiza*

Tal como em Portugal, e em muitos outros países, o cooperativismo espanhol pode ser feito remontar às guildas medievais e às misericórdias pré-modernas, mas o sector cooperativo como hoje é entendido só tem o seu princípio na segunda metade do século XIX, encorajado a princípio pela então incipiente doutrina social da Igreja Católica como forma cristã de lidar com os problemas sociais da altura (Igual e Vidal 2002, 121). As cooperativas de trabalhadores apareceram em Espanha em 1842, expandindo-se num movimento dos trabalhadores industriais para os agrícolas, numa posição de terceira via entre os diferentes autoritarismos e explorações de capitalismo e o comunismo que começava a ser idealizado por Marx, bem como num espírito associativo e cooperativo tradicional supraclassista e algo igualitário de nacionalidades espanholas como os bascos (Corocoran e Wilson 2010, 20).

Durante a I República Espanhola, da década de 1870, que era impulsionada por movimentos republicanos clássicos, anarquistas e federalistas, houve um grande apoio de movimentos de posições cantonalistas e descentralizadoras em geral, incluindo os movimentos cooperativos.<sup>12</sup> Mesmo depois do fim da República e com a restauração da

---

<sup>10</sup> Uma boa listagem, embora com alguns erros quanto a nomes ou datas, aparece em Machado de Almeida 2005, 55-60

<sup>11</sup> Os primeiros ideólogos, activistas práticos e defensores políticos de monta do cooperativismo em Portugal, Pinheiro Ferreira e Alexandre Herculano, nasceram em Lisboa ou na Grande Lisboa. O Ministro do Comércio responsável por algumas das leis mais favoráveis às cooperativas na Monarquia Constitucional portuguesa, Andrade Corvo, era de Torres Novas. António Sérgio nasceu em Damão, na então Índia Portuguesa, e estabeleceu-se profissionalmente em Lisboa e aí fixou a maior parte das suas actividades na defesa do cooperativismo. O activista anarco-socialista e pró-cooperativista Sousa Brandão, um dos fundadores do Partido Socialista Português que durou da Monarquia Constitucional até ao Estado Novo, era porém, nortenho, de Santa Maria da Feira.

<sup>12</sup> Apesar de nesse período terem sido aprovados o Acto de Associações de 1887 e o Acto de Uniões das Quintas de 1906, os primeiros grandes avanços na consolidação das cooperativas através de todo o território espanhol vieram só depois do Acto de 1906. Só no caso do número de uniões de quintas (cooperativas agrícolas), este passou de 6 em 1906 para 1.772 só seis anos depois (Igual e Vidal 2002, 121-122).

monarquia, continuaram a ser criadas e apoiadas cooperativas, ainda que mais timidamente.

A II República Espanhola foi um impulso histórico ao cooperativismo: o primeiro Acto Cooperativo específico foi aprovado em 1931, determinando que o governo devia incentivar as cooperativas (Igal e Vidal 2002, 121-122), e um apoiante do republicanismo, o miliciano e padre basco José María Arizmendiarieta, antes e durante a Guerra Civil fez várias iniciativas de economia social, de previdência privada e de auxílio de criação de várias cooperativas, especialmente no País Basco.

De forma mais moderada, com a instauração da ditadura franquista, e uma vez que as cooperativas de trabalhadores e a autogestão democrática pelos trabalhadores foram vistas como ameaças ao novo *status quo*, continuou o desenvolvimento do movimento cooperativo espanhol. Em 1942 publica-se a *Ley de Cooperativas*, atribuindo a tutela dos órgãos dirigentes a diferentes órgãos políticos do Movimento Nacional, o partido único. O desenvolvimento do movimento cooperativo continuou ao longo do período franquista, particularmente no País Basco, muito por causa dos valores associativos tradicionais dos bascos, mas também devido à destruição causada pela Guerra Civil, num cenário semelhante ao de Portugal 100 anos antes. O País Basco estava do lado perdedor da Guerra e o Partido Nacionalista (dominante na política regional então como hoje) era aliado dos republicanos durante a guerra (Xunta de Galicia 2003, 68).

É central a acção de Arizmendiarieta, que em 1943 criou no País Basco uma escola politécnica de ensino democrático, aberto a todos os jovens da região, que mais tarde se converteu na Universidade de Mondragón, um centro de ensino cooperativo que teve crescimento constante e rápido. Nos anos de 1950, Arizmendiarieta e alguns graduados da politécnica formaram a primeira empresa cooperativa do pós-Guerra Civil, a *Ulgor*, depois amplificada e diversificada, tornando-se depois por fim na conhecida marca Fagor. A formação da empresa deveu-se não só ao ideário do movimento de Arizmendiarieta mas também ao facto de os alunos formados em Mondragón terem problemas em aplicar os ideais que tinham aprendido nos locais de trabalho “normais” não cooperativos (Corocoran e Wilson 2010, 20).

Em 1953 Arizmendiarieta criou a *Mondragón Corporación Cooperativa* ou MCC. Depois seguiu-se a *Caja Laboral Popular*, uma cooperativa de crédito, para permitir o acesso de membros de cooperativas a serviços financeiros, o que permitiu também à MCC ter mais fundos para a expansão como grupo empresarial. A MCC é hoje o

primeiro grupo empresarial do País Basco o sétimo de Espanha (Corocoran e Wilson 2010, 12), e principalmente, o Grupo MCC é o maior grupo empresarial cooperativo do mundo, integrando também a cooperativa de distribuição *Eroski*, com presença na Europa, Ásia e América.

Apesar do historial republicano e anti-franquista de Arizmendiarieta, ele e os seus esforços foram tolerados pelo novo regime, porque o seu entendimento do cooperativismo não era particularmente utópico ou forçosamente socialista ou anticapitalista. Segundo ele, “construir o cooperativismo não é ir contra o capitalismo, mas, quando o sistema capitalista não é útil, o cooperativismo deve superá-lo e para isso deve assimilar os seus métodos e dinamismo”. Hoje as cooperativas espanholas são reguladas por diversas Leis Autonómicas de cooperativas e pela Lei 27/1999, de âmbito nacional.

Quanto à Galiza, o sector cooperativo e social começou principalmente com o aumento, ressurgimento e redefinição do nacionalismo galego depois da queda da I República espanhola dos anos de 1870: o cooperativismo foi visto por vários sectores do nacionalismo galego como uma saída mais socialmente justa ou mais “possibilista” para fortalecer a nação e povo galegos (Macinheiras s.d., página única). O florescer do cooperativismo galego a partir das décadas de 1870-1880, com a criação das primeiras cooperativas agrícolas, entre outros tipos, deveu-se também a influências europeias, da diáspora espanhola, dos diferentes tipos de socialismo e da Doutrina Social da Igreja (Xunta de Galiza 2003, 37), e tão cedo como a década de 1890 um cooperativista Galego, Joaquín Díaz de Rábago, era suficientemente influente para ser frequentemente convidado para eventos do cooperativismo europeu ocidental e para interagir com a Aliança Cooperativa Internacional inicial (Martínez Rodríguez 2005, 586, 589)).

Assim, embora o cooperativismo galego tenha uma história com poucas décadas de recuo em relação às primeiras tentativas cooperativas em Portugal e esteja intimamente associado ao nacionalismo, o facto de o nacionalismo galego ser uma posição minoritária e o centralismo ser mais forte faz com que o terceiro sector galego seja simultaneamente mais enérgico e com menos peso na sociedade. Como reconhece o Secretário-Geral da ADRAT António Montalvão Machado, “o sector cooperativo da Galiza tem uma pujança e um sentido empresarial que” o português “não tem”, mas por outro lado “o nosso tem uma capacidade histórica, cultural e representativa que a Galiza não tem”. (País Positivo 2012, 1) Isto sucede porque, se por um lado o cooperativismo

galego está intimamente ligado ao nacionalismo galego, o que deu uma certa força ideológica extra ao cooperativismo galego que faltava ao equivalente norte-português, que nunca foi apoiado por nenhum (mesmo que residual) independentismo do norte de Portugal, esta mesma ligação fez com que o cooperativismo português possa ter uma história contínua, com altos e baixos, é certo, mas ininterrupta, enquanto que o mesmo não se passou de todo com o cooperativismo galego. Assim, o nacionalismo galego floresceu com a federalista I República Espanhola, voltou a decair com a restauração da monarquia, passando por um ligeiro fortalecimento regionalizante no princípio do século passado, passando por um ainda maior florescimento durante a (também breve) II República Espanhola, sendo mais reprimido do que nunca durante o Franquismo, voltando a ressurgir sob várias formas, mais ou menos moderadas, com o retorno da democracia e da monarquia. Assim sendo, o cooperativismo galego voltava praticamente à estaca zero com cada mudança de regime que fortalecia ou esmagava o nacionalismo galego que o impulsionava.



## **2. Caracterização geral dos sectores cooperativos em Portugal e em Espanha**

### **2.1. A realidade actual do sector cooperativo em Portugal**

Depois de definirmos o sector cooperativo e social ou terceiro sector com maior correcção e maior profundidade, e a história deste em Portugal e Espanha, agora podemos finalmente seguir para um breve estudo da situação actual dos terceiros sectores no Norte de Portugal e Galiza, revelando as suas características, forças e fraquezas.

Em Portugal o maior subsector cooperativo é tradicionalmente o subsector agrícola, havendo também uma tradição importante de cooperativas de consumo, de comercialização, de cooperação operária, de outras áreas de produção e de crédito. A números de 2010, vendo o número de cooperativas existentes, o maior subsector cooperativo é o agrícola, sendo seguido do de habitação e construção, de serviços, de cultura e de solidariedade social. Em relação aos valores do início do século XXI em termos de sectores, houve ligeiras variações nos números de cooperativas de cada subsector e no posicionamento de cada subsector no “ranking” destes. Existem ainda quase uma centena de uniões e federações de cooperativas. A tabela nº 1 dá-nos uma ideia da evolução da situação portuguesa no sector cooperativo e social da entrada no século XXI até 2010, por ramos de actividade.

Tabela 1 - Evolução do número de cooperativas por ramo em Portugal (2000 – 2010)

Ramos cooperativos	2000	2010	Variação (%)
<b>Agrícola</b>	931	870	-6.55
<b>Artesanato</b>	48	57	18.75
<b>Comercialização</b>	60	47	-21.67
<b>Consumo</b>	205	169	-17.56
<b>Crédito</b>	150	100	-33.33
<b>Cultura</b>	255	302	18.43
<b>Ensino</b>	128	139	8.59
<b>Habitação e construção</b>	540	518	-4.07
<b>Pesca</b>	25	17	-32.00
<b>Produção operária</b>	104	71	-31.73
<b>Serviços</b>	419	513	22.43
<b>Solidariedade social</b>	85	209	145.88
<b>Total</b>	2950	3012	2.10
<b>Uniões de cooperativas</b>	65	72	10.77
<b>Federações e confederações</b>	25	24	-4.00
<b>Total</b>	2,975	3,108	4.47

Fonte: INSCOOP *apud* Rebelo (2012: 10)

Num outro trabalho recente (Barata 2012), tomando como referência o ano de 2009, a economia social portuguesa era descrita como sendo constituída por 2.390 cooperativas, 91 mutualidades, 382 misericórdias, 2.822 instituições privadas de solidariedade social, 493 fundações e 37.470 associações e outros agentes da economia social (Barata 2012: 5).

Como vemos, a listagem de Barata é mais abrangente, embora mais técnica quanto à definição de cooperativa<sup>13</sup>, para incluir todo o tipo de entidades da economia social para além das cooperativas. Por isso para comparar devidamente os números, temos de, quanto aos números de Barata, somar as cooperativas *stricto sensu*, mutualidades e misericórdias, o que daria um resultado de 2.863 cooperativas, o que faria a passagem para o número de 3.012 cooperativas, descontando uniões, federações e confederações de cooperativas, em 2010 muito mais compreensível e credível. Isto indica que entre 2000 e 2009, a situação de degradação económica contínua da economia portuguesa terá tido o efeito de eliminar 87 cooperativas entre 2000 e 2009, embora entre 2009 e 2010 tenha aparentemente (dentro do que é possível perceber dadas as eventuais diferenças nos critérios usados nos dois estudos citados) aumentado o número de cooperativas em 149.

Falando do contexto cooperativo especificamente do Norte de Portugal, por números de 2002, somando as percentagens do número de cooperativas nos distritos que compõe a

<sup>13</sup> algumas das entidades provavelmente listadas como cooperativas de solidariedade social por Rebelo são excluídas provavelmente da categoria de “cooperativas” de Barata, mais *strictu sensu*

Região Norte de Portugal (Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real), 20,2% das cooperativas portuguesas estão na região Norte. Isto não é um número de “desprezar”, mas se fizermos uma comparação com Lisboa e Vale do Tejo, só o distrito de Lisboa tem 20,6%) (Machado de Almeida 2005, 60), compreendemos que se o sector cooperativo nortenho é dos mais fortes fora da região Lisboa e Vale do Tejo, não deixa de estar bastante longe do patamar dessa região com o principal sector cooperativo do país (Machado de Almeida 2005, 60).

Por números de 2009, a Região Norte de Portugal teria aproximadamente 23,7% do total de cooperativas portuguesas nesse ano (Barata 2012, 7 e 9). Para ver a situação desse ano de 2009 em mais pormenor, vejamos o gráfico seguinte:

Tabela 2 – Número de cooperativas por Distrito do Norte de Portugal em 2009

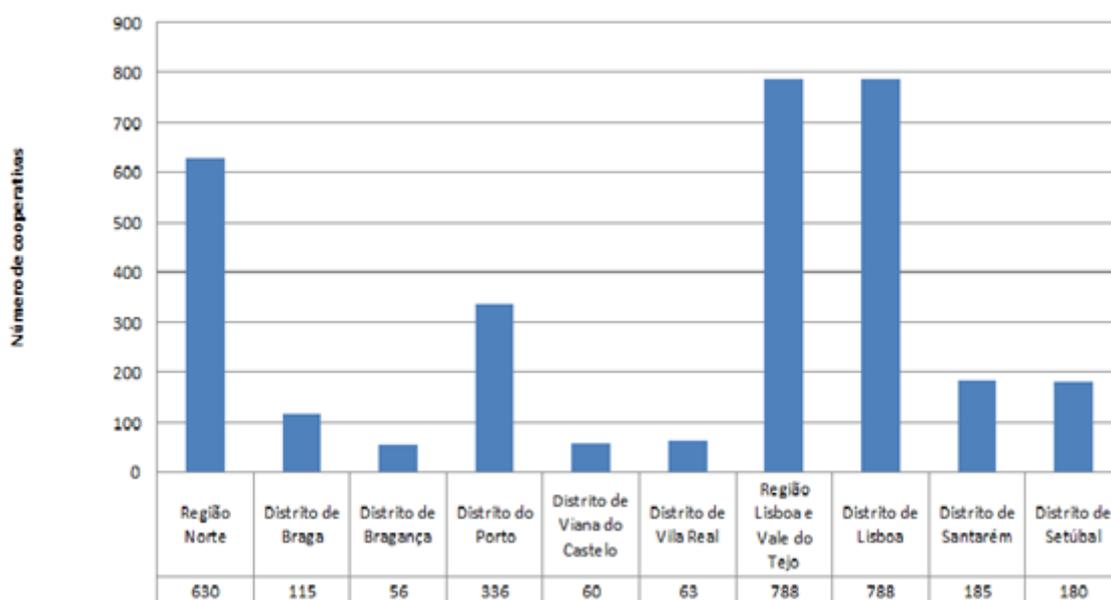
<b>Distritos</b>	<b>Número de cooperativas</b>
<b>Braga</b>	138
<b>Bragança</b>	40
<b>Porto</b>	271
<b>Viana do Castelo</b>	49
<b>Vila Real</b>	64
<b>Total</b>	562

**Fonte:** Barata (2012: 10)

Deve-se notar igualmente que no Norte, só no distrito do Porto não há uma fraca concentração de cooperativas (Machado de Almeida 2005, 61). Para ter uma ideia da força ou fraqueza do sector cooperativo norte-português quando comparado com o resto do país (e medir o centralismo em Lisboa nesta área, visto que o centralismo na área de Lisboa, ou de Lisboa e Porto, é frequente em vários fenómenos socioeconómicos em Portugal), basta só comparar entre a Região Norte e a região em torno da capital, Lisboa e Vale do Tejo<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Escolhemos usar esta classificação regional e não a classificação estatística hoje em vigor, Grande Lisboa e Península de Setúbal não só para dar uma coesão entre os dois anos em causa (no primeiro ano desta análise, 2002, ainda estava em vigor a divisão regional estatística europeia que reconhecia Lisboa e Vale do Tejo), e porque em termos de número de cooperativas, o distrito de Santarém não destoa muito do de Setúbal, não havendo por isso um desviar significativo de média da região, embora aumente significativamente o número total de cooperativas em comparação com a região Grande Lisboa e Norte de Portugal.

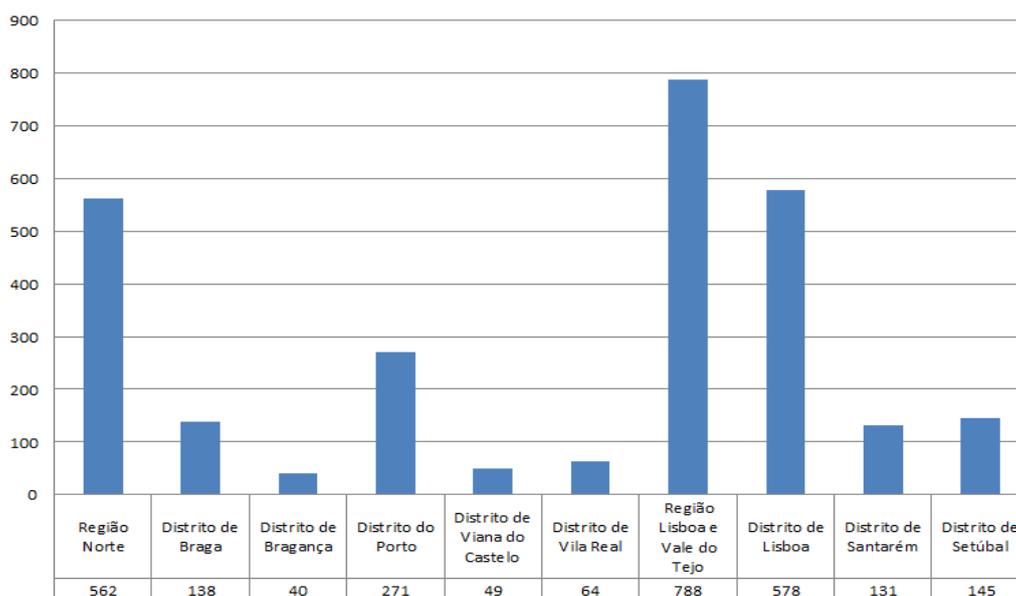
**Gráfico 1** - Comparação do número de cooperativas (Norte e Lisboa e Vale do Tejo, 2003)



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados de Machado Ribeiro (2005, 60)

Recordemos novamente que todo o sector cooperativo português é essencialmente residual no todo da economia, sendo composto, no período 2011-2012, de cerca de 1500 cooperativas, a maior parte destas passando dificuldades económicas e não recebendo grande atenção dos actores políticos e sociais em geral (Revista País Positivo 2012, 1).

**Gráfico 2** - Comparação do número de cooperativas (Norte e Lisboa e Vale do Tejo, 2009)



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados de Barata (2012: 9)

Em 2001, a maior parte das cooperativas portuguesas estavam centradas no sector agrícola (58%) mas nesse ano esse sector detinha o segundo maior volume de negócios (40,7%), sendo a maior fatia, 46,6%, detida pelas 16 cooperativas registadas do sector da comercialização (Machado de Almeida 2005, 61). Em 2009, a maior “fatia”, em número de cooperativas, era ainda o das cooperativas agrícolas (28%), e o volume de negócios destas cooperativas tinha-se tornado o mais elevado de entre os subsectores cooperativos (com um total de 4305 milhões de Euros), ultrapassando o subsector da comercialização, que se ficou pelos 1692 milhões de Euros (Barata 2012, 11). Entre as 100 maiores empresas cooperativas em 2009, 57 eram do subsector agrícola, detendo 44% do volume de negócios e 28% dos trabalhadores do total dessas 100 maiores cooperativas.

Por comparação, o subsector da comercialização, tendo 13 cooperativas das 100 maiores, representava 41% do volume de negócios e 9% dos trabalhadores desse universo. Já o subsector do ensino contava com 12 das 100 maiores empresas cooperativas, detendo 7% do volume de negócios, mas 46% dos trabalhadores entre as 100 maiores empresas cooperativas. Isto revela que, se o subsector agrícola tem em geral maior dimensão que os outros subsectores, ele não deixa de ser acompanhado, ou mesmo ultrapassado, pelos restantes, olhando o volume de negócios ou o número de trabalhadores.

Estes pesos e variações contrastantes não deixam de ser preocupantes para o Norte, onde a agricultura é, mesmo hoje, uma actividade tradicional muito presente na economia e em que a maioria das cooperativas é desse subsector. Isto não tem impedido que, em Trás-os-Montes, por exemplo, as cooperativas agrícolas sejam das que mais, e mais rapidamente, apoiavam a Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT) apesar das dificuldades da agricultura cooperativa (País Positivo 2012, 1).

Há também circunstâncias que temos de ter em mente para medir com precisão as forças, fraquezas e características factuais do sector cooperativo agrícola no norte de Portugal: uma parte significativa da produção agrícola cooperativa (36%) é em azeite (Barata 2012, 12), que no norte é particularmente residual fora da única região demarcada, que inclui a Denominação de Origem Protegida de Trás-os-Montes. A região compensa porém nas outras principais produções agrícolas do sector privado,

visto que, por exemplo, no final da campanha de produção de leite de 2006/2007 a região detinha 33,5% dos produtores de leite ainda em actividade, produzindo 39% do total nacional, sendo que o leite é o produto agrícola mais produzido pela agricultura cooperativa, representando 62% da produção total de leite (Barata 2012, 12). Neste sector é central a presença da Agros – União das Cooperativas dos Produtores de Leite de Entre Douro e Minho, que desde 1996 integra, detendo 1/3 do respectivo capital social, a Lactogal, a empresa nacional líder do sector (cujos outros membros, a Lacticoop e a Proleite, são igualmente de tipo cooperativo). Assim, a Agros (sobretudo conhecida como marca de lacticínios) é uma das maiores entidades cooperativas portuguesas.

O mesmo se pode dizer da produção de vinho (embora não tenhamos números concretos para o sector cooperativo neste campo), pois o norte contribuiu com 41% da produção total de vinho em 2009 (Barata 2012, 12), detendo importantes regiões demarcadas, com presença significativa de cooperativas, tanto no caso do Vinho Verde como no dos vinhos do Douro.

Apesar destas dificuldades, e da diminuição do número de cooperativas no todo do território português, até 2009 essa diminuição foi residual e revela portanto uma tendência para a estabilização do número de cooperativas em Portugal, algo cujas razões ainda estão por apurar, mas devem ser explicadas principalmente dentro do âmbito da própria Economia social (Barcelos Popular 2009, 20). É porém preocupante notar que os dados para 2010 e 2011 apontam para a continuação da descida do número de cooperativas, assunto a que voltaremos mais adiante.

### *2.1.1. O sector cooperativo agrícola do norte de Portugal*

O sector agrícola cooperativo norte-português começou a desenvolver-se, tal como o sector cooperativo em geral, sobretudo a partir da “cobertura” dada pela Lei Basilar de 2 de Julho de 1867, que muito ajudou à possibilidade da formação legal de cooperativas em Portugal. Ao longo do século XIX e do início do século XX o cooperativismo agrário da região foi continuando a desenvolver-se mas de forma não particularmente significativa. Antes da implantação da I República em 1910 havia só algumas dezenas de cooperativas em território português (Machado de Almeida 2005, 56). A criação do Crédito Agrícola a nível nacional em 1911 contribuiu para o desenvolvimento não só do sector bancário cooperativo mas do sector agrícola cooperativo (que foi dos primeiros

clientes e beneficiários do crédito cooperativo), e do sector cooperativo em geral. Com a I República os governantes parecem, em termos legislativos, estar bastante interessados em criar apoios e remover os obstáculos que na altura frequentemente entravavam a entrada de novas pessoas em alguns ramos do sector cooperativo, mas na politicamente instável (e com pouca participação popular) I República, muitas destas acções não passaram de simples anúncios e de intenções nunca aplicados na prática, apesar de ter ocorrido um aumento do número de cooperativas no território português de 62 para 336 (Machado de Almeida 2005, 56).

Quando o Estado Novo começou, a economia social portuguesa encontrava-se fragilizada e dividida, o que porém facilitou a subdivisão entre os diferentes ramos do sector cooperativo. Durante o Estado Novo, alguns experimentalismos mais ousados foram postos de parte, devido à natureza essencialmente dirigista, estatista e nacional-desenvolvimentista da economia do regime, o que afastou o cooperativismo de ambições de “cooperativização”<sup>15</sup> da economia portuguesa. Como tal o modelo do cooperativismo que se tornou comum foi um de pequena associação, para compra de sementes e rações para agricultores e/ou para venda de produção agrícola própria, como associação contra os grandes produtores e grandes comerciantes, com o cooperativismo “subordinado” ao dirigismo estatal, numa espécie de “possibilismo” populista suave e “bem-comportado” em relação ao Estado<sup>16</sup>. Assim o Estado Novo não fazia uma repressão directa do cooperativismo, antes vigiava-o constantemente, apesar da política do Estado Novo era basicamente “anti-cooperativista” (Machado de Almeida 2005, 57). Por outro lado, a política ruralista do regime fomentou a criação de cooperativas agrícolas, enquanto instrumentos de regularização económica e travagem de possíveis aumentos salariais em outros sectores, um nível de “protecção” recebida do Estado superior ao das cooperativas de outros ramos, principalmente as cooperativas de consumo, devido à forte presença operária e portanto potencial “subversivo”, sendo por isso vigiadas de forma crescente (Machado de Almeida 2005, 57). Como Exemplos de cooperativas nortenhas que foram surgindo ao longo do Estado Novo temos a Cooperativa Vitivinícola de Peso da Régua (1950), a Cooperativa de Olivicultores de

---

<sup>15</sup> Ver a secção do texto 3.2. *Necessidade de mudança no cooperativismo galego-norte-português*.

<sup>16</sup> Para um “naïf”, mas socialmente relativamente credível, retracto ficcional desta visão do modelo comum (e permitido pelo regime) do cooperativismo durante o Estado Novo, veja-se o filme *Sonhar É Fácil* (1951, Perdigão Queiroga). Seja tido em conta que segundo o argumentista Leão Penedo a versão original do argumento seria mais neo-realista e menos populista suave mas anti-plutocrático (através da crítica de comerciantes gananciosos e de prestamistas) (Nobre 1964, 171-172).

Valpaços (1951), a Cooperativa Agrícola de Vila do Conde (1952) ou a Cooperativa Agrícola dos Olivicultores de Murça (1956).

Ainda durante o Estado Novo surgiu, em 1949, a principal das cooperativas de produção dentro do sector agrícola, a já referida Agros, criada numa altura em que a produção de leite não era uma actividade agrícola particularmente importante. Em vários concelhos a norte do Douro e imediatamente a sul dele, uma parte do leite ia para o abastecimento público, especialmente do Porto, o resto indo para venda aos industriais de lacticínios, que nem sempre adquiriam o leite produzido em períodos de maior abundância, pagavam o menor preço possível e retardavam bastante esse pagamento. Por isso ocorre a fundação de várias cooperativas e cria-se uma União de Cooperativas Leiteiras (a Agros) que vai adquirir uma unidade fabril para que os produtores de leite conseguissem mais estabilidade e maiores rendimentos (Serrão 2000, 13).

Com o fim do Estado Novo e do regime corporativo, a velha compreensão e prática mais limitadas do cooperativismo foram postas de lado e o Estado deixou de ter tendência “controlista” (ou pelo menos de supervisão profunda) quanto ao sector, com o sector cooperativo geral a ser pela primeira vez constitucionalmente reconhecido. A situação provocou alterações significativas da lei quanto às organizações da lavoura, dando-lhes um novo estatuto. As organizações da lavoura viram-se também fortalecidas pela extinção dos grémios da lavoura (tendo as organizações cooperativas ficado com a posse de algumas das estruturas dos velhos grémios). O grupo Agros cresce também exponencialmente neste período, construindo também novas instalações fabris.

Enquanto tudo isto ocorria com o grupo Agros, o país encontrava-se agora (entre o fim dos “controlismos” do Estado Novo e a nova fase de livre iniciativa privada e cooperativa independente do Estado), num breve interregno, o Período Revolucionário em Curso, em que houve nova “tentação” de controlo supervisor do Estado sobre o sector cooperativo e social e também tensão entre as iniciativas de autogestão dos trabalhadores de esquerda libertária, que assumiam forma de organização cooperativa, e os pequenos produtores, muitas vezes assediados de para se juntarem às cooperativas e cederem materiais e auxílio para esta<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Num famoso episódio ocorrido na Herdade da Torre Bela no Ribatejo (que se pode ver no documentário *Linha Vermelha* de José Filipe Costa), um membro do movimento associativo esquerdista popular responsável pela ocupação teve uma acesa discussão com um pequeno produtor agrícola porque segundo o associativista autogestionário o camponês estaria “obrigado” a dar a sua enxada para a “comprativa” (o pronunciar errado do termo cooperativa por parte do associativista), tendo o agricultor respondido “Então se eu comprar outra ferramenta? Essa também vai para a cooperativa? A minha roupa vai para a cooperativa?!”.

Por contraponto com esta situação sobretudo sentida no sul do país, no norte o associativismo cooperativo tinha força suficiente para ser oposição e alternativa aos projectos de colectivização, desenvolvendo-se de forma relativamente “serena” um modelo de cooperativas polivalentes que respondia às necessidades dos produtores agrícolas, como o escoamento dos produtos e aprovisionamento dos factores de produção, sob o guarda-chuva de uma nova rede cooperativa agrária nortenha: a Ucanorte – União Agrícola do Norte (Osório 2008). Visto que a maioria das explorações agrícolas nortenhas eram de pequena dimensão, já havia relativo associativismo de agricultores a nível concelhio, dando-se então o salto para essa “União” de tipo federativo: a Ucanorte teve “somente” de sincronizar os trabalhos de várias Uniões de Cooperativas Agrícolas de Compra e Venda, com todas as cooperativas agrícolas canalizando as suas encomendas para a Ucanorte, num esquema que permitiu aos agricultores comparativamente melhores preços, melhores produtos e vantagens para todo o movimento cooperativo agro-pecuário (Osório 2008).

Para além destes grandes grupos, tivemos durante os anos de 1970-80 várias pequenas e médias cooperativas agrícolas norte-portuguesas a serem fundadas, como por exemplo a Cooperbasto - Cooperativa Agrícola de Basto (1983).

Para a Agros, a Ucanorte e o sector cooperativo agrícola norte-português em geral, a entrada na CEE representou uma época de muitos projectos e de muitas reformas concretas para modernização do sector ante a adesão a um grande espaço económico europeu e várias realidades sociais novas, muitas vezes com significativo avanço em relação a muito do resto da sociedade (Osório 2008). Por exemplo, a Cooperativa de Olivicultores de Valpaços adquiriu o seu primeiro sistema informático em 1989, e o segundo logo em 1993 (Cooperativa de Olivicultores de Valpaços s.d.). Com a ajuda dos projectos apoiados com fundos comunitários e nacionais, como o *Mercominho – Mercado Abastecedor* e o *Matadouro Carnagri*, a Ucanorte desenvolveu-se em áreas geográficas antes abandonadas por exploradores agrícolas (Osório 2008, página única).

Todavia a Ucanorte, devido à saída de algumas das cooperativas associadas, foi declinando ao longo dos anos, com um défice cada vez mais insustentável, o que a levou em 1997 a formar uma parceria com a Agros que se dispôs a resolver os problemas financeiros desta cooperativa de terceiro grau. Desde então a Ucanorte, hoje Ucanorte XXI – União Agrícola do Norte, tem vindo a reafirmar-se, principalmente

devido a um desempenho global positivo, ganhando quota de mercado em várias áreas de negócio (Osório 2008).

## 2.2. A realidade actual do sector cooperativo em Espanha

O cooperativismo em Espanha, como vimos, está fortemente associado à trajectória e presença do Grupo Mondragón. Este grupo, entre 1986 e 2009, cresceu de 19.669 para 92.773 trabalhadores (15% dos trabalhadores do sector cooperativo espanhol). As suas vendas passam de 5 mil milhões de euros em 1997 para cerca de 33 mil milhões de euros em 2009, 25% das vendas totais do sector cooperativo espanhol. Agregando 256 entidades e destacando-se pelas suas políticas de protecção dos empregos e dos trabalhadores, o conglomerado *Mondragón* foi considerado pela revista *Fortune* um dos dez melhores lugares para se trabalhar na Europa. A *Mondragón* tem um melhor desempenho produtivo do que a maioria dos negócios privados espanhóis em quase todos os campos possíveis de análise, ao que ajuda o facto de a *Mondragón* ter um campo de actividades alargado: actividade financeira, industrial, de retalho e de ensino (Corocoran e Wilson 2010, 13).

Em termos gerais, as cooperativas espanholas são, segundo números de 2008 (ver tabela nº 2), 24.738, empregando cerca de 457 mil trabalhadores. Apesar de tradicionalmente o tipo de cooperativa mais comum em Espanha ser o agrícola, a legislação deste país permite que se identifiquem múltiplos sectores de actividade económica como pertencendo a um único tipo comum de cooperativa, chamado de “trabalho associado”, o que torna este tipo, a par com as cooperativas agrícolas, os dois tipos mais frequentes, sendo estes dois os que concentram maior número de entidades (cerca de 18.000 no caso do trabalho associado), maior número de empregos directos (quase 222.000 para o trabalho associado) e ainda maior volume de vendas (cerca de 20.000 e de 15.000 milhões de euros para as cooperativas agrícolas e de trabalho associado respectivamente). Em contrapartida, o número de sócios é mais elevado no caso das cooperativas de consumidores e utilizadores (cerca de 3 milhões) e no caso das cooperativas de crédito (cerca de 2,1 milhões).

Tabela 3 - Cooperativas, sócios, empregos e vendas em Espanha (2008)

<b>Tipo de Cooperativa</b>	<b>Cooperativas</b>	<b>Nº de sócios</b>	<b>Empregos directos**</b>	<b>Vendas (milhões de euros) **</b>
<b>Cooperativas agrícolas</b>	3.757	1.264.013	90.308	20.141,5
<b>Cooperativas de exploração comunitária de terras</b>	428	4.887	3.835	162,4
<b>Cooperativas de trabalho associado</b>	18.019	155.179	221.844	14.793,8
<b>Cooperativas de consumidores e utilizadores**</b>	333	3.038.925	66.425	12.526,8
<b>Cooperativas de serviços</b>	419	45.032	9.830	12.298,7
<b>Cooperativas de transportes</b>	546	23.057	17.038	1.218,5
<b>Cooperativas de ensino</b>	303	39.648	14.828	567,3
<b>Cooperativas de habitação</b>	626	84.900	2.981	688,0
<b>Cooperativas de crédito</b>	81	2.096.531	20.940	3.020,0
<b>Outras cooperativas</b>	226	22.544	8.841	868,9
<b>Total das Cooperativas</b>	<b>24.738</b>	<b>6.774.716</b>	<b>456.870</b>	<b>66.285,9</b>

\* Exclui Ceuta e Melilla.

\*\* Incluídos os números de vendas e de empregos de todas as empresas filiadas do *Grupo Eroski*. No conjunto de cooperativas de consumidores e utilizadores são incluídos os valores do cooperativismo de saúde (SCIAS).

**Fonte:** Inquérito CIRIEC-2008. Registos de empresas e Direcção-Geral da Economia Social, T.A. e R.S.E. *Apud* Monzón (2010: 80)

Para além destes 4 sectores, e vendo agora apenas o volume de vendas, é ainda relevante o peso das cooperativas de serviços (cerca de 12.300 milhões de euros), sendo em contrapartida relativamente reduzida a importância que têm as cooperativas de exploração comunitária de terras, bem como as do sector da habitação, do ensino e dos transportes, embora estes dois últimos sectores tenham alguma expressão nos empregos directos gerados.

### 2.2.1. O sector cooperativo agrícola em Espanha e na Galiza

Passando da realidade geral do sector cooperativo espanhol, para especificamente a classe/subsector agrário (dos mais fortes em Espanha) do sector cooperativo espanhol, esta é hoje uma classe/subsector que desempenha um papel chave quer em termos da esfera social quer em termos da esfera económica, tendo experimentado nos últimos anos significativos desenvolvimentos (de um ponto de vista empresarial). Mais de um milhão de agricultores são membros de uma das 4.000 cooperativas rurais existentes, o que significa que a maioria dos proprietários de quintas Espanhóis são membros de uma

cooperativa. Por causa disto cerca de 30% do *output* agrícola final dos produtores espanhóis é comercializado através de organizações cooperativas, com o seu volume de vendas a crescer colectivamente até cerca de 20.000 milhões de Euros.

Tal como noutros países europeus, esta evolução acontece num contexto de redução progressiva do número de cooperativas devido à consolidação e integração que tem levado à fusão de muitas cooperativas mais pequenas, aumento de dimensão<sup>18</sup> que tem tornado a sua presença nos mercados mais perceptível e competitiva. Há cooperativas agrícolas presentes em todas as comunidades autónomas espanholas, embora de forma desigual, relacionada com os diferentes graus de desenvolvimentos do sector rural nas diferentes comunidades, com os sectores com maior percentagem do *output* agrícola final a serem aqueles com maior presença em regiões com maior actividade cooperativa. Assim o movimento cooperativo está muito representado no sector agro-alimentar espanhol, com as mesmas forças e fraquezas que as outras empresas espanholas do sector agrícola (Igal, Vidal 2002, 123-124).

O tamanho médio (em número de membros e volume de negócios) de uma cooperativa agrícola espanhola, encontra-se dentro do tamanho da típica empresa de média ou pequena dimensão, mas com casos de consolidado e merecido prestígio (tornando-se líderes de mercado pela qualidade dos seus produtos, principalmente nos ramos dos citrinos e, em menor nível, de vinhos e azeite). O volume de comércio da produção cooperativa agrícola tem aumentado significativamente nos últimos anos, sendo então, em termos de quota de mercado, as produções de arroz, tabaco, azeite e vinho as que atingem valores mais elevados. Alguns produtos específicos tiveram aumentos impressionantes em quota de mercado, como os cereais e o leite, que mais que triplicaram os seus números entre 1986 e 1999 (Igal e Vidal 2003, 124-125).

Em 1992, num congresso de especialistas em economia agrícola, o professor R. Tamames sugeriu que o sector agrícola espanhol necessitava de uma profunda reforma para um maior desenvolvimento industrial. Isto é possível já que as cooperativas não só mostram um grande potencial mas têm de facto sido catalisadoras de novas companhias agro-industriais em sectores como os das frutas e vegetais, sumos, produtos de carne e comida preparada, devido ao grande envolvimento dos agricultores no sector agro-

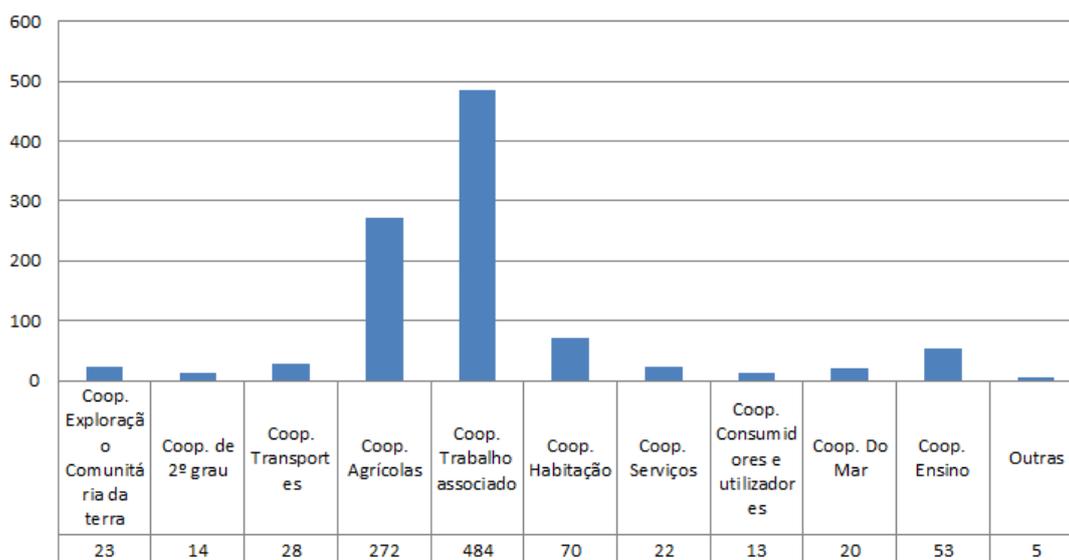
---

<sup>18</sup> Embora obviamente de forma não comparável com os esforços de concentração de cooperativas de países com tradições cooperativas mais antigas como Dinamarca, Holanda e França (Igal e Vidal 2002, 125).

alimentar através da ligação estabelecida entre as cooperativas e outras empresas (Igal e Vidal 2002, 128).

Vendo agora mais em detalhe o caso das cooperativas agrícolas da Galiza, vemos que o peso de todo o sector da agricultura é nesta região semelhante ao do Norte de Portugal. Nos últimos anos o sector da agricultura e das pescas galego também perdeu alguns empregos, 10.000 entre 2005 e 2006, representando a maior perda de trabalhadores de entre todos os sectores de actividade económica na Galiza. Também na Galiza as áreas rurais sofreram um grande envelhecimento populacional (Mougán Bouzón 2012, 13, 17). Ainda assim, a maioria (e as mais visíveis) das cooperativas galegas também se encontram neste sector de actividade, a par com as já referidas e multisectoriais cooperativas de trabalho associado (ver gráfico nº 3).

Gráfico 3 - Número de cooperativas galegas por tipo de cooperativa (2002)



Fonte: Xunta de Galicia (2003: 46)

O sector cooperativo galego representa cerca de 2% do todo do sector cooperativo espanhol, com cerca de 900 cooperativas activas e 800 trabalhadores cooperativos associados (GESETS 2008, 29). Deve notar-se porém que tem havido tendência para o aumento do número de trabalhadores por cooperativa na Galiza, e em muitas das outras autonomias espanholas (GESETS 2008, 27).

Com uma imagem do sector cooperativo galego formada a partir de dados algo fragmentados e incompletos (Cooperativas de Galicia s.d., Mougán Bouzón 2012, 14), podemos afirmar que, segundo valores de 2003 (ver tabela nº 3), havia nesta região

1.004 cooperativas a operar, e se incluíssemos as que após a constituição formal nunca chegaram de facto a operar, o total seria de 3.522, com um peso relativo maior da província de A Coruña/La Corunha, embora sem grandes desfasamentos nos valores por entre as quatro províncias (Xunta de Galicia 2003, 39).

Tabela 4 - Presença de cooperativas na Galiza por província (2003)

Província	Nº Cooperativas	% Cooperativas no total da região	% PIB no total da região	% População no total da região
<b>Corunha</b>	361	35,96	43,36	40,65
<b>Lugo</b>	180	18,72	12,04	13,26
<b>Ourense</b>	175	17,43	11,60	12,55
<b>Pontevedra</b>	280	27,89	32,98	33,52
<b>Galiza</b>	1004	100	100	100

Fonte: Xunta de Galicia (2003: 41)

A criação de cooperativas entre 1998 e 2003 está no segundo valor mais alto de sempre (atrás do período 1987-1997), mas a tendência entre 2001 e 2002 foi de descida do número de cooperativas, sendo que por isso a maioria das cooperativas galegas têm mais de dez anos – ver tabela nº 4.

Tabela 5 – Divisão das Cooperativas galegas por “idade” (2003)

Idade	Nº Cooperativas
<b>&lt; 3 anos</b>	171
<b>3 a 5 anos</b>	211
<b>6 a 10 anos</b>	178
<b>&gt; 10 anos</b>	372

Fonte: Xunta de Galicia (2003: 45)

O sector cooperativo agrícola galego tem uma experiência de muitas décadas, mas não ininterrupta, que lhes permite assimilar facilmente novos sistemas e processos produtivos e económicos, apesar de o sector agrícola ainda ter de ultrapassar o “atraso digital”, com 94% das cooperativas estudadas por Mougán Bouzón a terem em 2006 ligação à internet, embora as TICs não sejam usadas no negócio a outros níveis (Mougán Bouzón 2012, 202-203). Uma fragilidade das cooperativas agrárias galegas é que em 2006 só 63% fixavam objectivos formais e por escrito a curto, médio e longo

prazo, verificando-se os problemas principalmente quanto a planificações de curto e médio prazo (Mougán Bouzón 2012, 203). Segundo Manuel Losada, Chefe e subdirector geral de Serviço de Cooperativas e Economia Social da Xunta de Galicia, o governo autonómico Galego “tem competências definidas no quadro legal para o fomento e regulação da actividade cooperativa”; acrescenta que o cooperativismo e a economia social galegos, embora sendo um modelo de sucesso em termos de participação da população no cooperativismo, deve agora ver o sucesso expandido à área do empreendedorismo neste sector; assim tudo isto faz com que “haja um reconhecimento efectivo e uma forte capacidade de desencadear sinergias com os órgãos políticos, económicos e sociais” (Cooperativas de Galicia s.d.).

### 2.3. Enquadramento fiscal e incentivos do sector cooperativo e social

A questão da legislação sobre o estatuto e os benefícios fiscais do sector cooperativo é naturalmente relevante nesta análise. São conhecidas as limitações financeiras das cooperativas, dependentes normalmente das possibilidades dos membros e da busca de contributos e doações de terceiros. Porque é o financiamento de iniciativas da “economia social” tão peculiar? Não sendo as entidades deste sector de tipo público, a concessão de dinheiros públicos é logicamente limitada a incentivos a actividades específicas ou a algumas cooperativas em início de actividade mais necessitadas de capital para fundação, e sempre com a intenção de que, mais tarde ou mais cedo a “empresa social” deixe de precisar dos fundos governamentais (Brown 2006, 2). Este financiamento governamental também está mais centrado em instituições vocacionadas para o desenvolvimento de comunidade do que no co-financiamento de actividades intrinsecamente cooperativistas, cuja falta é uma das grandes barreiras ao desenvolvimento de iniciativas de economia social (Brown 2006, 2). Assim as empresas, cooperativas e organizações em geral pertencentes ao terceiro sector procuram fundos e financiamento de onde quer que ele possa vir, beneficiando especialmente do modelo do financiamento de património líquido ou *equity finance*, visto que as fases iniciais de desenvolvimento de uma cooperativa podem ser afectadas por falta de capital, devido à desconfiança de emprestadores quanto ao empréstimo de somas de dinheiro mais alargadas a empresas ou organizações que por si só tenham pouco capital e recursos, barrando significativamente o seu desenvolvimento (Brown 2006, 2).

A necessidade de soluções mais baratas e eficientes para aquisição de dinheiro pelos actores da economia cooperativa e social também vêm do facto de muitos destes operarem em mercados onde a busca de lucros está em conflito com o objectivo declarado da cooperativa ou empresa cooperativa/social em causa: por exemplo, uma iniciativa para fornecer casas a custos mais baixos significa não só ter rendas mais baixas, mas que o fornecedor desse serviço fica com uma margem de lucro mais pequena. Isto cria problemas porque a cooperativa/empresa social não pode ficar muito endividada mas também não pode contar com muitos lucros para a sua sustentabilidade. O modelo da *equity finance* elimina a necessidade de compensar obrigatoriamente os accionistas, visto que o capital da organização/empresa em causa é permanente. Assim este modelo pode ter benefícios e não deixa de atrair alguns investidores, que até não se importariam de sofrer mais restrições do que as que normalmente existem em outros sectores. Brown refere por isso que é grande a necessidade de uma infra-estrutura de instituições de investimento ligando investidores éticos e empresas sociais (Brown 2006, 3-4).

No caso de Portugal e de Espanha é notório o relativo atraso dos modelos de *fundraising*, sendo difícil atrair actores socioeconómicos interessados em investir em iniciativas não lucrativas ou de solidariedade social, que tecnicamente cabem dentro do terceiro sector. É pois compreensível que actores governamentais tomem o papel de auxiliar à formação de tais infra-estruturas e de um sistema mais favorável para o terceiro sector, sobretudo através de legislação que proporcione algum incentivo fiscal a estas actividades. Daí a grande importância que em Portugal e Espanha assumem as legislações fiscais para o sector aqui em estudo.

### *2.3.1. Legislação fiscal sobre cooperativas em Portugal*

Segundo o Estatuto dos Benefícios Fiscais em vigor, as cooperativas agrícolas, culturais, de consumo, de habitação e construção, e de solidariedade social estão isentas de IRC.<sup>19</sup> Estão também isentas as cooperativas de outros sectores em que pelo menos 75% das pessoas que auferirem rendimentos do trabalho na cooperativa sejam membros dela e 75% dos membros da cooperativa façam serviço efectivo nela.

---

<sup>19</sup> Com excepção dos resultados provenientes de operações com terceiros e de actividades alheias aos próprios fins. Os rendimentos estão todavia sujeitos a IRC por retenção na fonte, “a qual não tem carácter definitivo no caso de a cooperativa não ter outros rendimentos sujeitos a imposto” (Ministério das Finanças da República Portuguesa 2008, 110-111).

As cooperativas estão também isentas de Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis (IMT) relativamente aos imóveis destinados à sede e ao exercício das actividades que constituam o respectivo objecto social, bem como estão isentas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) relativamente aos mesmos imóveis. Esta lei fiscal também determina que “as despesas realizadas em aplicação da reserva para educação e formação cooperativas (...) podem ser consideradas como gasto para efeitos da determinação do lucro tributável em IRC (...) em valor correspondente a 120 % do respectivo total”.

### *2.3.2. Legislação fiscal sobre cooperativas na Galiza*

Quanto ao caso galego, aqui explicado com mais detalhe, convém ter em mente legislação como a *Ley de Sociedades Cooperativas de España* ou *Ley 27/1999, de 16 de julio* (um articulado com cerca de 55 páginas), a *Ley 5/1998 - Cooperativas de Galicia* (com cerca de 375 páginas), a *Ley 20/1990, de 19 diciembre, sobre Régimen Fiscal de las Cooperativas* (cerca de 28 páginas) e a *Ley 14/2004 de medidas tributarias y de régimen administrativo DOG nº 253 del 30 de diciembre de 2004 por la que se introducen modificaciones en la Ley de Cooperativas de Galicia*.

A *Ley 5/1998 de Cooperativas de Galicia* define no artigo 68º que as cooperativas devem ter alguns tipos de fundos sociais obrigatórios. Para começar, um Fundo de Reserva Obrigatório “destinado à consolidação, desenvolvimento e garantia da (continuação) da cooperativa” que deve ser irrepárvel entre os sócios das cooperativas, e a ser constituído de uma percentagem dos excedentes líquidos definidos pela assembleia geral segundo o artigo 67 da *Ley 5/1998*, das deduções sobre as entradas obrigatórias ao capital social em caso de baixa não justificada do capital ou expulsão de alguns dos sócios, das quotas de ingresso, dos resultados extra-cooperativos das operações assinaladas no número 3 do artigo 66 da *Ley 5/1998*, com 50% como mínimo).

Há também o Fundo de Formação e Promoção Cooperativa destinado a aplicar as linhas básicas fixadas pelos estatutos ou pela assembleia geral da cooperativa para actividades cumprindo finalidades de formação de sócios e trabalhadores nos princípios cooperativos, actividades de formação profissional adequada à actividade “cooperativizada” dos sócios e trabalhadores, actividades de formação na direcção e controlo empresariais adequada aos membros do conselho dirigente e “interventores e

interventoras”, actividades de promoção das relações intercooperativas e das demais entidades criadas para a promoção, assistência, direcção comum ou actividades de apoio entre cooperativas, incluindo a cobertura de gastos originados pela constituição ou incorporação das cooperativas de segundo grau, actividades de promoção e difusão das características do cooperativismo no espaço social envolvente de actividade da cooperativa, no caso das cooperativas de crédito a actividades para promoção cultural, profissional e social da comunidade em geral<sup>20</sup>, actividades para a conciliação de vida pessoal, laboral e familiar, actividades de fomento da igualdade de género (em linha com a *Ley 2/2007 de trabajo en igualdad de las mulheres de Galicia*), e para actividades de fomento da responsabilidade social; este fundo pode destinar-se a outras finalidades vinculadas a apoio a projectos e iniciativas de empreendimento cooperativo geradores de emprego, principalmente no âmbito dos serviços sociais, e em entradas económicas para financiamento de projectos cooperativos. O Fundo de Formação e Promoção Cooperativa é constituído da percentagem dos excedentes em redes estabelecidos pelos estatutos ou assembleia geral da cooperativa de acordo com o artigo 67 da *Ley 5/1998*, e os pagamentos das sanções económicas impostas pela cooperativa aos sócios<sup>21</sup>, e para o cumprimento dos seus fins, a cooperativa pode colaborar com outras sociedades ou uniões e associações cooperativas para gerir de acordo com os regulamentos do Conselho Galego de Cooperativas e das organizações cooperativas envolvidas, podendo transferir parte ao Conselho Galego de Cooperativas, ou todo se a cooperativa não o aplicou devidamente.

Existem ainda as regras estabelecidas pela «*Disposición Adicional Séptima. Medidas de fomento y difusión del cooperativismo*», em relação com o artigo 142 da *Ley 8/1998 de cooperativas de Galicia*», que porém é mais constituída de uma declaração de intenções, como pôr em marcha acções de promoção, difusão, desenvolvimento, etc. do cooperativismo, adoptar as medidas necessárias para fomentar as relações entre cooperativas e outros tipos de grupos cooperativos, estabelecer linhas de ajuda para estes fins, etc., sem apresentar medidas muito concretas. Por fim, a *Ley 14/2004*, no Capítulo III, reescreve no seu artigo 16 a letra f) do apartado 2 do artigo 68 da *Ley 5/1998*, para definir agora que as cooperativas de crédito podem destinar o fundo à

---

<sup>20</sup> Cooperativas de outras categorias podem também usar o Fundo de Formação e Promoção Cooperativa para estas actividades desde que tenham autorização prévia do Conselho Galego de Cooperativas.

<sup>21</sup> Um fundo também não-embargável que deve figurar sempre em dotações no passivo do balanço, separado de outros elementos.

promoção cultural, profissional e social da comunidade em geral e os restantes tipos de cooperativas precisarão da autorização prévia do Conselho Galego de Cooperativas.

Quanto às cooperativas galegas e respectivos benefícios fiscais, retemos o caso das unidades que a *Corporación Mondragón* detém na Galiza: convém notar assim que a *Mondragón* não recebe nenhum apoio directo financeiro do governo espanhol mas que ao longo do tempo tem beneficiado de taxas de imposto favoráveis (Corcoran e Wilson 2010, 12)

A legislação fiscal espanhola taxa os rendimentos tributáveis das cooperativas em 20% (25% no caso das cooperativas de crédito), e não em 30%, que é nível de imposto devido pelas empresas privadas. Como seria de esperar, parte das despesas com o fundo de reserva obrigatório e também os valores despendidos em educação e formação são dedutíveis no cálculo da base tributável. A legislação fiscal espanhola concede ainda uma bonificação adicional às cooperativas “especialmente protegidas” (trabalho associado, agrícolas, marítimas, de exploração comunitária de terra e de consumidores), o que faz com que a taxa efectiva imputável baixe para 10% (Tejerizo López, 2008). As cooperativas “especialmente protegidas” estão ainda parcial ou totalmente isentas dos impostos sobre os imóveis detidos ou adquiridos. No entanto, dada a recente aprovação de legislação que veio a aligeirar a carga fiscal sobre as empresas privadas em Espanha, alguns autores e sobretudo muitos dos responsáveis do sector cooperativo têm vindo a clamar por um estatuto fiscal mais favorável ao sector.

Deste modo, Tejerizo López conclui a sua análise desta questão dizendo que “o regime fiscal especial já não é tão favorável, sobretudo porque a tributação das empresas em Espanha se aligeirou até se equiparar à das cooperativas. Em certos casos, seria mais benéfico para elas aplicar-se o regime geral (2008, 75).

### *2.3.3. Diferenças entre a legislação fiscal galega e portuguesa sobre cooperativas*

Como vimos, as legislações galega e norte-portuguesa distinguem-se sobretudo porque do lado galego existem reduções e não isenções de determinados impostos (IRC, municipal ou outros) para as cooperativas, ou para alguns tipos de cooperativas nalgumas das suas actividades, e porque do lado português não existem todas as obrigações legislativas relativas à criação de vários fundos pelas próprias cooperativas. Se por um lado a falta de isenções de impostos na legislação galega significa a falta de um factor extra de auxílio ao desenvolvimento das cooperativas, o facto de terem vários

tipos de fundos compensa isso em parte, dando uma “rede de segurança” às cooperativas. Esta forma de incentivar as cooperativas fiscalmente tem mais riscos do que o simples isentar de impostos, porque estes fundos são criados obrigatoriamente com dinheiros investidos pelos próprios membros das cooperativas, não deixando de implicar um esforço extra, embora a longo prazo com efeitos positivos. Assim sobre esse ponto de vista a legislação fiscal sobre cooperativas de Portugal parece ser mais favorável, embora a resposta para os problemas de financiamento das cooperativas seja mais básica e menos incentivadora da auto-suficiência financeira e do autofinanciamento de promoções de acções culturais, sociais, etc., ao contrário da via da obrigação legal de autocriação de fundos.

## 2.4. Programas governamentais portugueses para o “terceiro sector”

### 2.4.1. *O PRODESCOOP e seus efeitos*

O segundo governo Guterres aprovou em 1999 um programa com incidência sobre o apoio a cooperativas, o chamado PRODESCOOP (Programa de Desenvolvimento Cooperativo). O programa ficou depois algo paralisado, com o fim da fase de crescimento económico dos anos '90 e a entrada num período de medidas de austeridade e aumento de impostos nos anos seguintes. Já em 2009, outro governo socialista, liderado por José Sócrates, decidiu recuperar o PRODESCOOP em versão alterada, com o objectivo de apoiar a criação de novas cooperativas, consolidar as já existentes, fortalecer a capacidade de competição no mercado do sector cooperativo em geral, promovendo directa e indirectamente a criação e manutenção de emprego no sector cooperativo, e assim também, de certa forma, usar o sector cooperativo e social como forma de empregar alguma da muita população desempregada portuguesa.

## Texto do PRODESCOOP

### «Os Objectivos

Apoiar a criação de novas cooperativas, consolidar e modernizar cooperativas já existentes, e reforçar o potencial concorrencial do sector cooperativo, promovendo directa e indirectamente a criação e manutenção do emprego.

### O Projecto-Tipo

- Contratação de desempregados e pessoal qualificado;
- Formação;
- Consultadoria;
- Realização de estudos para desenvolvimento e modernização;
- Investimento (instalação e equipamento ou desenvolvimento de actividades);
- Constituição e início do funcionamento;
- Representação internacional.

### Apoios técnicos

- Consultadoria e formação de promotores de novas organizações cooperativas de 1º grau.

### Apoios Financeiros

Às novas organizações cooperativas de 1º grau

Apoios à criação de postos de trabalho:

- Subsídio a fundo perdido, igual a 18 vezes o Indexante dos Apoios Sociais, por cada posto de trabalho criado e preenchido por um desempregado, até ao limite de 20, podendo ser abrangidos nesse total os postos de trabalho com contrato de trabalho sem termo, criados nos três meses anteriores à apresentação da candidatura. O subsídio é majorado nas seguintes condições:
  - -- 25 % quando os postos de trabalho sejam preenchidos por pessoas com deficiência;
  - -- 20% quando os postos de trabalho sejam preenchidos por desempregados “de longa duração e beneficiários do Rendimento Social de Inserção;
  - 10% quando os postos de trabalho sejam preenchidos por pessoas com o nível de qualificação III;
  - -- 20% quando os postos de trabalho sejam preenchidos por pessoas com o nível de qualificação IV ou V;
- Majoração de 50% do total dos apoios para a criação de postos de trabalho em profissões significativamente marcadas por discriminação de género;
- Prémio de igualdade de oportunidades (entre sexos e para pessoas com deficiência) – igual a 10% da totalidade do apoio concedido, quando tenham sido criados, no mínimo, 5 postos de trabalho que não sejam preenchidos em mais de 60% por pessoas do mesmo sexo ou quando pelo menos 40% deles sejam preenchidos por pessoas com deficiência.

### Apoios ao Investimento:

- Empréstimos sem juros reembolsável, por um período de 5 anos, incluindo 2 anos de carência, para instalação e equipamento, não podendo exceder 20 vezes o capital social realizado da cooperativa, num máximo de 99,759,58 euros desde que os projectos de investimento dêem origem à criação de postos de trabalho.

### A Candidatura

As entidades candidatas deverão reunir as seguintes condições:

- Ter a sua situação regularizada perante a Administração Fiscal ou perante a Segurança Social do estado da Comunidade Europeia de que sejam nacionais ou onde se encontrem estabelecidas;
- Ter a situação regularizada perante o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) e o IEFP, I.P.;
- Não se encontrar em estado de falência ou ter em curso qualquer processo judicial de falência;
- Apresentar o projecto de estatutos nos termos legalmente exigidos;
- Pelo menos 50% dos seus promotores, apresentarem prova de formação cooperativa reconhecida pelo INSCOOP e de formação em gestão reconhecida pelo INSCOOP ou pelo IEFP, I.P.

Para obter informação mais detalhada sobre o programa e formalizar a candidatura, dirija-se ao Centro de Emprego e ao INSCOOP.» (citado de Barcelos Popular 2009, 19)

O PRODESCOOP definia os projectos tipo que se poderiam propor a ajudas governamentais através do plano como projectos de contratação de desempregados e de pessoal qualificado, projectos de formação, projectos de consultadoria, projectos para a

realização de estudos para desenvolvimento e modernização, projectos de investimento para a instalação de equipamento ou desenvolvimento de actividades, projectos de constituição de cooperativas e início de funcionamento destas, e projectos de representação internacional. O programa permitia também que as novas cooperativas de primeiro grau acessem a apoios técnicos para buscarem consultadoria e formação de promotores, e financeiros para começar a sua actividade.

Para apoiar a criação de postos de trabalho, o PRODESCOOP dava um subsídio a fundo perdido igual a 18 vezes o Indexante dos Apoios Sociais<sup>22</sup>, por cada novo posto de trabalho (criado nos três meses anteriores à apresentação da candidatura) preenchido por um desempregado, até ao limite de 20, podendo estes ser todos ocupados por gente empregada com contractos de trabalho sem termo. O subsídio poderia ser aumentado quando 25% dos postos de trabalho fossem preenchidos por pessoas com deficiência, 20% fossem preenchidos por desempregados de longa duração e beneficiários do Rendimento Social de Inserção, 10% dos postos de trabalho fossem preenchidos por pessoas com nível de qualificação III, 20% dos postos preenchidos por pessoas com o nível de qualificação IV e V (sobre as correspondências destes níveis de qualificação ver ANQEP 2010). Seria também dado um aumento de 50% de todos os apoios para a criação de postos de trabalho em profissões significativas marcadas por discriminação de género. Era também dado um prémio de igualdade de oportunidades (em termos de género e pessoas com e sem deficiência) correspondente a 10% de todos os apoios quando fossem criados no mínimo 5 postos de trabalho que não fossem preenchidos em mais de 60% por pessoas do mesmo género ou pelo menos 40% dos lugares de trabalho fossem preenchidos por pessoas com deficiência.

Em termos de apoios ao investimento, eram dados sob cobertura do programa empréstimos sem juros reembolsável por um período de cinco anos (incluindo dois anos de carência) para auxiliar com questões relacionadas com a instalação da cooperativa e fornecimento de equipamento (não podendo exceder 20 vezes o capital social realizado da cooperativa, num máximo de 99.759,58 euros) desde que os projectos de investimento dêem origem à criação de postos de trabalho. O PRODESCOOP definia que as entidades cooperativas candidatas a apoio do programa devem ter a sua situação regularizada perante a Administração Fiscal portuguesa, ou a Segurança Social do estado da Comunidade Europeia de que os membros da entidade cooperativa sejam

---

<sup>22</sup> Montante pecuniário que serve de referência à Segurança Social portuguesa para calcular as contribuições dos trabalhadores, as pensões e outras prestações sociais.

nacionais ou onde estejam estabelecidos e o Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP) e o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a cooperativa não pode estar em estado de falência ou ter um processo judicial de falência em curso, tem de apresentar o projecto de estatutos de cooperativa de acordo com as exigências legais, e pelo menos 50% dos promotores devem apresentar prova de formação cooperativa reconhecida pelo INSCOOP ou pelo IEFP.

Em geral, é consenso que as medidas do PRODESCOOP eram um incentivo positivo não só ao aumento do emprego no “terceiro sector”, e à diminuição do desemprego da sociedade em geral, mas ao aumento do emprego de grupos mais desfavorecidos em termos de empregabilidade como mulheres e pessoas com deficiência. Porém, como veremos, o programa teve vida curta, mas mesmo antes da sua descontinuação os efeitos práticos não eram brilhantes nem de maior.

Como já vimos, se de acordo com as nossas fontes havia em 2009 um total de 708 cooperativas na região do norte, no ano seguinte, já sob a “égide” do programa, esse total cifrou-se em 705. Assim vê-se que o PRODESCOOP, apesar das boas ideias para promover o sector e o seu emprego e os apoios prometidos, não teve efeitos de maior. Assim pode-se dizer que o PRODESCOOP, apesar das suas boas propostas e óptimas intenções, não só falhou com a sua intenção de renovar o sector cooperativo, e usá-lo como forma de combater o desemprego na sociedade em geral, como não conseguiu ultrapassar os efeitos do contexto geral de crise económica, nem a crise estrutural portuguesa nem a crise global, no “terceiro sector”.

#### 2.4.2. *O PAECPE e seus efeitos*

Mas claro que este trabalho não se poderia ficar por averiguar os efeitos do PRODESCOOP, visto que este programa, apesar de ser recente e tendo já tido os seus efeitos na prática, já não está em vigor, tendo de qualquer maneira o seu tempo de vigor sido breve. Assim, teremos agora de passar para a averiguação dos efeitos que estará a ter a norma actualmente vigente, o *Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego* – PAECPE. O PAECPE foi *de facto* implantado pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de Janeiro de 2011 (embora com raízes numa lei já presente no Diário da República de 4 de Dezembro de 2009), revogando o PRODESCOOP.

## Nota sobre a Portaria que revoga o PRODESCOOP e passa as suas competências para o PAECPE

O Programa de Desenvolvimento Cooperativo – PRODESCOOP, foi revogado pela Portaria n.º 58/2011, de 28 de Janeiro que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), revoga a Portaria n.º 1160/2000, de 7 de Dezembro, que o referido Programa (alínea c) do artigo 5.º), e extingue a Comissão de Coordenação do PRODESCOOP.

1. Assim, as competências da Comissão de Coordenação do PRODESCOOP, passam a ser exercidas:
  - a) *Pelos Centros de Emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP), relativamente a:*
    - Apoios à criação de postos de trabalho em novas cooperativas de 1.º grau;
    - Apoios ao investimento em novas cooperativas de 1.º grau;
    - Apoios a projetos de desenvolvimento de cooperação existentes de 1.º grau;
    - Apoio à contratação de pessoal qualificado para cooperativas existentes de 1.º grau;
    - Apoio a uniões, federações e confederações cooperativas.
  - b) *Pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – Cooperativa de Interesse público de Responsabilidade Limitada (CASES), relativamente a:*
    - Consultoria em novas cooperativas de 1.º grau;
    - Formação de promotores de novas cooperativas de 1.º grau;
    - Estudos de desenvolvimento e modernização;
    - Apoios à representação internacional de federações e confederações cooperativas;
    - Apoio à realização de estudos.
2. Os projetos que se encontram em execução são regulados pela Portaria n.º 1160/2000, de 7 de Dezembro, até ao final do cumprimento das obrigações assumidas pelos beneficiários dos apoios, devendo qualquer dúvida sobre os mesmos ser remetida aos Centros de Emprego ou à CASES, de acordo com o referido no ponto anterior.

Se o que ocorreu à facturação das cooperativas nos diz algo sobre os efeitos do PAECPE, porventura associado ao PRODESCOOP seu antecessor, e provavelmente também à recessão económica no todo da economia em torno do sector cooperativo, podemos ver o caso das cooperativas de ensino superior: a facturação das 12 cooperativas responsáveis por estabelecimentos de ensino superior privados desceu 1,5% de 2010 para 2011 (Marques Simões *et al.*, 2012).

O facto de os programas não ajudarem torna-se mais claro nalguns sectores quando vemos que a redução do número de alunos do ensino cooperativo vem a ocorrer constantemente desde 2001 (Marques Simões *et al.*, 2012). Tudo isto revela que, pelo menos nesse sector, a influência do PAECPE e do PRODESCOOP foi mínima, ou nula, visto que a redução da facturação é consequência directa da diminuição do número de alunos. De certa forma, as cooperativas em geral, se têm conseguido minimamente sobreviver, é por sua própria acção e não por causa dos programas governamentais para o sector – um estudo especificamente sobre a classe das cooperativas de ensino revela que no caso específico das cooperativas de ensino elas têm usado todas as técnicas possíveis para tentarem sobreviver e serem atractivas: “cortes nas propinas, publicidade

em aviões a sobrevoar as praias, redução de salários, protocolos de cooperação com diferentes entidades, oferta de licenciaturas duplas” (Marques Simões *et al.*, 2012).

## 2.5. As Euro-regiões e as geminações enquanto instrumentos para colaboração transfronteiriça no “terceiro sector”

Na União Europeia de hoje existem 77 euro-regiões. Ao contrário de uma concepção errada comum, as euro-regiões não são especificamente regiões da UE que reúnem regiões fronteiriças de Estados membros, na verdade a ideia da euro-região foi lançada entre Estados então não-membros da CEE. Provavelmente<sup>23</sup> a primeira foi lançada por Suécia, Noruega e Finlândia, que lançaram em 1967 o Conselho de Norte Calotte (Artic Centre s.d.), unindo os calotes polares do extremo norte da região transnacional da Lapónia, e que hoje inclui também a continuação dessa região na Rússia. É porém verdade que alguns dos primeiros países com euro-regiões se vieram a juntar depois às Comunidades Europeias. A primeira euro-região envolvendo um Estado-membro das Comunidades foi a Conferência do Lago de Constança Internacional criada em 1972 entre Alemanha Ocidental (Estado-membro da então CEE), Áustria (membro a partir de 1995) e Suíça, e a primeira região com o território completamente dentro da UE foi a Euro-região Reno-Waal incluindo Alemanha Ocidental e Holanda criada em 1973. A partir dos anos de 1990 a UE contribuiu, porém, significativamente para dar um novo grande impulso à criação e gestão de euro-regiões, usando-as como instrumentos para aprofundar a coesão territorial europeia), com a mesma ideia subjacente ao projecto europeu de criar mais coesão e união entre os países do continente europeu. A euro-região em causa para este estudo, a euro-região Galiza-Norte de Portugal<sup>24</sup>, é a única euro-região de maior dimensão que inclui território português, sendo que de resto há só quase-euro-regiões menores e menos operantes, incluindo (mencionando os territórios portugueses e espanhóis envolvidos): Beira Alta e Castela e Leão, Beira Baixa e Extremadura, Alentejo e Castela-la-Mancha, e Algarve e Andaluzia, e mesmo um *offshot* da euro-região Galiza-Norte de Portugal que inclui Trás-os-Montes e a região de Leão e da cidade de Zamora dentro de Castela e Leão.

---

<sup>23</sup> Há dúvida quanto à data de lançamento da Região Raécia nova, uma euro-região associando Áustria e Suíça, o que poderá fazer com que seja esta, e não o Conselho do Norte Calotte, a primeira euro-região, embora esta região, tecnicamente uma euro-região, recuse o termo (The European Committee on Local and Regional Democracy s.d.)

<sup>24</sup> Esta é a nomenclatura mais tradicional, embora também se use, principalmente por fontes mais luso-cêntricas ou pró-portuguesas, Norte de Portugal-Galiza.

Que efeito teve a existência da euro-região Galiza-Norte de Portugal no impulsionar da cooperação entre os sectores cooperativos destas duas regiões de Espanha e Portugal? Para começar, deve notar-se que as euro-regiões normalmente não têm poder político directo, portanto o seu trabalho está limitado principalmente a competências das autoridades regionais ou locais que formam juntas a euro-região para promover o bem comum das suas populações fronteiriças.

As euro-regiões tiveram, no caso galego-norte-português, os seus efeitos em termos de incentivo e actividades de colaboração entre vários sectores de actividade dos dois lados da raia luso-galaica, dando origem à criação de vários fóruns de discussão e de actividade Galiza-Norte de Portugal, a maior parte destes tendo vindo, a partir de 1992 e especialmente desde que o Eixo Atlântico começou a ganhar uma maior visibilidade e acção internacional a partir de 2007 (Eixo Atlântico s.d. 2), a fundir-se tudo sobre o “guarda-chuva” do Eixo Atlântico, o grande pólo e dinamizador das cooperações intra-euro-regionais entre Galiza e Norte de Portugal, reunindo os principais municípios galegos e norte-portugueses (ver a lista detalhada em Eixo Atlantico s.d.).<sup>25</sup>

Em termos especificamente de incentivar de interacções nos sectores cooperativos, a instituição da euro-região, exercendo (apesar de sua natureza de abstracção institucional) no terreno a sua actividade principalmente do Eixo Atlântico, tem apoiado de forma intensa o cooperativismo, principalmente através de grandes iniciativas de âmbito abrangente em termos sectoriais e geográficos, como o DESQOOP e o COOPERA+ (os quais descreveremos mais adiante). Porém a euro-região não consegue ainda articular completamente a sua actividade devido à natureza diversa das duas entidades regionais em causa, melhor dizendo, juntando uma verdadeira entidade regional (Galiza) e uma pseudo-entidade regional (o Norte de Portugal<sup>26</sup>), o que torna os contactos e esforços de coordenação entre as duas partes, desiguais, com a Xunta de Galicia não tendo um interlocutor plenamente seu igual, razão principal porque a euro-região, embora sendo um instrumento institucional que muito tem impulsionado a colaboração entre os sectores cooperativos (e outros) dos dois lados da euro-região, não cumpra todo o seu potencial, isto apesar de ser comum que raramente as euro-regiões sejam acompanhadas de uma instituição legal ou governamental real. Apesar disto não

---

<sup>25</sup> Deve-se porém notar que o Eixo Atlântico, apesar deste papel vital, não é a forma oficial e institucional da euro-região, esta sendo o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial Galiza-Norte de Portugal/*Agrupación Europea de Cooperación Territorial Galicia-Norte de Portugal*

<sup>26</sup> que em diferentes contextos pode significar diferentes territórios, conforme estejamos a falar de NUTS II, do território coberto pela Associação de Municípios do Norte, dos municípios norte-portugueses englobados no Eixo Atlântico

se pode acusar o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial desta euro-região de falta de actividade em várias áreas, como por exemplo o convocar dos 1<sup>os</sup> Open Days – Evento Local da Euro-região Galicia – Norte de Portugal “Integrar Espaços – Desafios Transfronteiriços da Europa 2020” (2011 em Vigo, Braga e Porto), com bastante participação quer cooperativa e social quer de outros sectores.

Convém agora analisar o papel de outro utensílio de cooperação internacional que poderia servir como impulso à colaboração entre sectores cooperativos da nossa euro-região: o sistema de geminação de cidades entre cidades do Norte de Portugal e da Galiza. Entre os municípios da nossa região norte e da Galiza espanhola há várias geminações. Barcelos tem uma geminação bastante antiga com Pontevedra, derivada de laços existentes desde 1960, formalizada em 1971 e reafirmada 25 anos depois (Câmara Municipal de Barcelos, s.d.) com as duas cidades a terem praças com o nome da “gémea” e vários protocolos a serem assinados de tempos a tempos entre os dois municípios e empresas dos seus territórios desde o princípio da geminação. Matosinhos tem uma geminação antiga (desde 1959) com Vilagarcía de Arousa; o Porto tem geminação com Vigo desde 1986 e protocolos de cooperação técnica para harmonização de procedimentos e implantação conjunta de projectos desde 2001 (tendo ainda ambos papel de principais promotores da criação e desenvolvimento do Eixo Atlântico, tendo cada uma das cidades uma das duas sedes da organização de cooperação territorial galego-norte-portuguesa) (Câmara Municipal do Porto, s.d.). Vila do Conde tem uma geminação antiga com Ferrol (com raiz em intercâmbios culturais desde 1935, e formalizada em 1973 (Câmara Municipal de Vila do Conde, sd.)). Entre as restantes vilas e cidades nortenhas com geminações, umas não têm nenhuma geminação na Galiza ou qualquer outra parte de Espanha, e Bragança e Maia têm geminações na comunidade autónoma de Castela e Leão, enquanto que Guimarães tem geminação com Igualada na Catalunha e Tacoronte nas Canárias.

Em geral pode-se dizer que as várias geminações feitas desde o fim da II Guerra, momento a partir da qual houve um *boom* nas geminações que se estende aos dias de hoje, na Europa muito incentivado pela UE (The Highland Council 2008, 1), tiveram como fim principal a promoção da paz e entendimento entre os povos, e nem sempre resultaram na criação, promoção e manutenção de projectos transfronteiriços ajudando os países envolvidos nelas. Deve notar-se que, em termos de geminações que envolvam cidades e vilas da UE, excepto as geminações do centro e norte da Europa (nalguns casos sendo multisseculares, como no caso da geminação entre Paderborn, Alemanha, e

Le Mans, França, vinda de 836 (The Highland Council 2008, 1), e tendo associadas uma grande tradição de colaboração política e económica entre os dois municípios, como se vê nas geminações da região do BENELUX e das regiões em redor), a maioria das outras geminações são mais simbólicas, de simples acordos firmados que as formalizam como terras geminadas, e no caso das geminações galego-norte-portuguesas estas são principalmente culturais e festivas. Dada a grande quantidade de geminações galego-norte-portuguesas, grande antiguidade de algumas delas, laços pré-geminação de muitas destas povoações e vários protocolos de colaboração entre estes municípios, seria de pensar que este tipo de actividade se prolongasse (num tipo de *spillover* sectorial) a áreas fora dos sectores autárquico e privado, para o cooperativo e outras actividades, sob o apoio da geminação, mas de facto as geminações enquanto incentivos a colaborações luso-galaicas a níveis sociais como os das cooperativas tem sido decepcionante. Estas colaborações a nível do aparelho autárquico, empresas e cooperativas e várias outras são difíceis de manter por municípios portugueses e galegos que não estejam ambos próximos da fronteira, e muitas destas associações de esforços são mantidas por municípios localizados perto um do outro (e ambos perto da fronteira) que não têm geminação sequer (como Chaves e Verín ou Vila Nova de Cerveira e Goián), provando que as geminações, apesar da sua grande utilidade, têm sido em geral um falhanço na promoção de um *spillover* que cause maior proximidade entre áreas fora dos sectores público e privado.

## 2.6. Em síntese

Os sectores cooperativos do Norte de Portugal e da Galiza podem em geral ser descritos como relativamente importantes na quota geral dos sectores cooperativos de Portugal e de Espanha, embora não sejam particularmente expressivos, e ainda por cima bastante afectados pela actual crise financeira. Estes sectores verificam uma tendência crescente de diminuição dos números de cooperativas, isto notando-se ligeiramente menos nos sectores agrícolas dos dois lados devido à forte vitalidade da actividade cooperativa destes sectores e forte colaboração entre os sectores cooperativos dos dois lados, o que não quer dizer que a crise não tenha eliminado algumas cooperativas agrícolas de menores dimensões, e tido os seus efeitos nas cooperativas de menor dimensão, ou nos lucros e produção das de maior dimensão.

Pode-se dizer que os programas governamentais portugueses ou as legislações fiscais dos dois lados, embora obviamente ajudem o sector ao incentivar a criação de novas cooperativas e permitir uma continuidade minimamente sustentável para as cooperativas já existentes, não têm sido todavia particularmente estimulantes. Outros instrumentos institucionais que poderiam servir para apoio das situações dos dois sectores, como as geminações ou as euro-regiões, no primeiro caso são incapazes de fazer um *spillover* eficiente para fora dos contactos entre sectores público e privado, e no segundo têm efeitos positivos que por si só não incentivam colaborações entre todas as classes do sector cooperativo e social da euro-região.



### **3. Mudança e necessidades/instrumentos para ela no “terceiro sector” galego-norte-português**

Depois de analisarmos a situação do “terceiro sector” desta euro-região podemos finalizar este “medir do pulso” do sector cooperativo galego-norte-português passando para o averiguar, das mudanças que têm ocorrido, das mudanças que podem ser necessárias mas não têm de facto ocorrido no sector e, por fim, vendo quais os instrumentos institucionais que podem vir a ser utilizados para executar tais mudanças, incluindo as colaborações propriamente ditas que já decorrem entre “terceiros sectores” da Euro-região Galiza-Norte de Portugal.

#### **3.1. Alterações no número de cooperativas nas duas áreas da euro-regiões**

Um primeiro indicador de mudanças em curso, já antes referido, é o da ocorrência de variações no número de pessoas envolvidas neste sector nesta região, que pode ser aferido pelo número de cooperativas criadas e extintas num dado período de tempo. Essa variação poderá indicar alterações significativas na importância e força desta actividade, que pode por exemplo estar a atrair as pessoas a uma maior participação, havendo ainda a hipótese de as potencialidades deste sector e as possibilidades de ele ser usado para auto-emprego dos muitos desempregados da euro-região poderem estar a atrair mais gente.

Temos de ter em conta também que o apelo ideológico do sector pode ser bastante atractivo para pessoas de todos os tipos. Por exemplo, a ONU refere-se ao potencial do sector cooperativo e social como um movimento social e económico que pode ser um “pólo de recuperação económica, social e de confiança para pessoas que têm pouca esperança de ficar [nas suas comunidades]” (País Positivo 2012, 1).

O sector cooperativo e social tem sempre interesse de estudo por configurar uma área económica alternativa que é vista como resposta possível aos problemas correntes ou sistémicos do modelo económico capitalista. A importância dada por diversas instituições a este sector abrange desde a ONU (que através da Resolução 64/136 de 2009 declarou o ano de 2012 como Ano Internacional das Cooperativas<sup>27</sup>) ao Parlamento Europeu (como já assinalámos), o que faz com que, com todas as flutuações

---

<sup>27</sup> Cfr. <http://social.un.org/index/Cooperatives/InternationalYearofCooperatives2012.aspx>.

reais de peso e força do sector ao longo do tempo e do espaço, este mantenha sempre uma respeitabilidade e relativa atracção de investidores e actores socioeconómicos, e Portugal e Galiza não são excepções a esta situação.

Para o caso de Portugal deve ser também salientado o facto de o sector cooperativo e social estar “consagrado, a letras vincadas, na Constituição da República Portuguesa”<sup>28</sup> tendo desde cedo merecido a atenção de muitos académicos e também de alguns dirigentes políticos.

Dadas as limitações das fontes documentais e estatísticas que pudemos consultar, apenas podemos adiantar uma medida indirecta da evolução recente deste sector. Assim, retomando alguma informação atrás explicada, sabemos que, do ponto de vista do número de cooperativas a operar nestas regiões, a sua variação não tem sido significativa, embora seja de realçar a preocupação que vários autores expressam quanto aos efeitos que a crise económica e financeira pode estar a produzir neste sector.

Assim, para o caso da região do norte de Portugal, o número de cooperativas estimado por Barata (2012) diminui gradualmente, embora de forma ligeira, de 726 existentes em 2007 até 705 em 2010: uma redução de cerca de 3%, precisamente a indiciar essas dificuldades que a generalidade do tecido económico português tem sentido, a que este sector não ficou naturalmente imune. Para o caso da Galiza, como referimos, a informação de que dispomos aponta no mesmo sentido, o de uma ligeira diminuição do número de cooperativas, embora aqui seja de salvaguardar a maior antiguidade dos dados recolhidos, pois o período de referência é o de 2000-2001 (Xunta de Galicia 2003).

### 3.2. Necessidade de mudança no cooperativismo galego-norte-português

Tendo já descrito as dificuldades dos sectores cooperativos galaico-norte-portugueses e as alterações nos números de cooperativas, poderemos agora virar-nos para a questão das mudanças vistas como necessárias nestes sectores. Para o efeito, o relatório publicado recentemente acerca do cooperativismo agrícola na Galiza (Mougán Bouzón 2012) revelou-se uma fonte importante, dado que este é um sector nuclear do cooperativismo na euro-região como um todo, sendo mais do que provável que muitos dos problemas sentidos na Galiza também se estejam a verificar no lado português.

---

<sup>28</sup> Palavras de Eduardo Graça (então Presidente do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo) em 2009 (Barcelos Popular 2009, 20).

O referido estudo envolveu também a realização de um inquérito, sendo logo de realçar que a quase totalidade (94%) das cooperativas agrárias galegas admite que necessitam de mudar e estão abertas a iniciar um processo de análise da sua gestão e da sua organização, de maneira a detectar debilidades e propor soluções para os problemas detectados. De acordo com o relatório, verifica-se que as áreas a precisarem de mais intervenção são as da investigação, do desenvolvimento e da inovação (Mougán Bouzón 2012, 203). Apesar de não termos dados concretos similares do lado norte-português, neste ponto, julgamos que poderemos afirmar que este diagnóstico é não apenas extensível ao caso cooperativo português, mas também à generalidade das empresas de ambos os países.

A questão das mudanças de que um sector cooperativo e social necessita também depende do que considerarmos como sendo os “fins” do sector. Uma teoria que ainda conquista algum favor entre parte do movimento cooperativo é a chamada “teoria das três etapas”. A teoria foi apresentada por Charles Gide em 1889 ante um congresso do movimento cooperativo. Num contexto em que, ao longo das duas décadas anteriores, os cooperativistas britânicos conseguiam grandes sucessos com grandes cadeias de armazéns de venda a retalho em Inglaterra e na Escócia (Fauquet 1980, 82), Gide declara o grande potencial do sector cooperativo na economia, de forma altamente ambiciosa mas que à luz dos rápidos avanços no Reino Unido pareciam alcançáveis. Segundo ele, numa primeira etapa, depois de as cooperativas associadas já terem acumulado excedentes, elas deveriam usá-los para criar grandes armazéns grossistas e operar compras em grande escala, para depois usarem os capitais derivados do passo anterior para tentar produzir directamente todos os bens necessários para os associados e, assim, a cooperativa ser também responsável pela produção de matérias-primas, especialmente na produção agrícola. No fundo, este “plano” ambicionava tornar de facto *toda* a economia em economia cooperativa e social (Fauquet 1980, 81-82). A teoria criou bastante entusiasmo no movimento cooperativo, e atraiu muitos para ele, e ainda hoje muitos cooperativistas lhe dão crédito, mas o próprio Gide abandonou-a logo cinco anos depois do discurso de 1889<sup>29</sup>, reconhecendo a importância e naturalidade da existência de três modelos diferentes de empresa, cooperativa, privada e pública, bem como a excessiva ambição de uma cooperativização da economia (Fauquet 1980, 82-84).

---

<sup>29</sup> Onde até já reconhecia que outros países que não o Reino Unido poderiam não ter tanta vocação para fortes sectores cooperativos.

Voltando ao relatório de Mougán Bouzón, é ainda interessante o facto de ali ser dedicada particular atenção à situação das mulheres nas cooperativas agrárias galegas. Partindo da verificação de que apenas 24% dos dirigentes das cooperativas agrárias galegas são mulheres (Mougán Bouzón 2012, 41), o relatório baseia-se nos princípios legais em vigor quanto à questão de género (a Lei Orgânica 3/2007 para a Igualdade Efectiva de Mulheres e Homens), para averiguar o grau de conhecimento e de aplicação desses princípios ao sector em análise. Sobre este aspecto, elencamos aqui algumas das conclusões a que o relatório chegou (Mougán Bouzón 2012, 38-9):

- 79% dos inquiridos concordam com os princípios da Lei de Igualdade, mas com grande desnível entre sexos: 100% das mulheres estando de acordo, contra apenas 57% dos homens. Especificamente quanto à paridade na composição do conselho dirigente das cooperativas, 83% destes dirigentes inquiridos concordam com ela.
- Apesar de a lei obrigar a adoptar políticas de igualdade de género, só 55% dos gestores interrogados pelo estudo citado afirmam que as suas cooperativas o fazem. Todavia, quando questionados acerca de acções concretas, apenas 32% confirmam levá-las a cabo. Além disso, poucas cooperativas afirmavam ter planos para pôr em marcha alguma iniciativa para lidar com o problema a curto prazo.
- O tipo mais comum de medidas levadas a cabo em favor da paridade são o de fixação de horários de reuniões compatíveis com outras responsabilidades dos membros femininos (92% de respostas), bem como o de atribuição de compensações a mulheres que assistam às reuniões (17%), embora sem se explicitarem essas compensações.
- Os que se opõem à paridade fazem-no por considerá-la desnecessária ou por considerarem que o único critério deve ser a qualidade pessoal e não o género. Inversamente, os apoiantes da paridade dizem que a presença das mulheres nos conselhos dirigentes pode contribuir para uma maior diversidade de pontos de vista e assim dar resultados mais produtivo para as cooperativas.
- 8% das inquiridas afirmam não aparecer nas reuniões por se sentirem em minoria e não valorizadas frente aos homens. Paralelamente, o estudo procura explorar estas atitudes e percepções de discriminação no decurso das reuniões, prevalecendo um perfil de resposta em que uma parte das mulheres (cerca de

25%) opta por deixar a resposta em branco, o que sugere que pelo menos pode haver alguns indícios de discriminação ou desvalorização do papel das mulheres em algumas destas cooperativas.

Embora a taxa de resposta aos questionários do estudo de Mougán Bouzón não tenha sido tão grande como inicialmente esperado, o estudo não deixa de ser importante pelos dados que apresenta, permitindo fazer uma aproximação à realidade da mulher no cooperativismo agrário galego nos vários âmbitos que abrange (sócios, conselhos dirigentes e gestores).

Infelizmente ainda falta um estudo desta questão deste lado da fronteira com o qual possamos fazer comparação quanto à necessidade de mudança neste âmbito transversal que é abrangido pelas diferenças de género. Todavia, não temos dúvidas de que esta é uma das mudanças que poderiam alterar o panorama do sector cooperativo na euro-região.

Passando da questão do género para outras áreas onde se verificam potenciais mudanças no subsector cooperativo agrícola galego, destacamos o exemplo das Sociedades Agrárias de Transformação (SAT), entidades algo distintas das cooperativas tradicionais, que em Espanha surgem como sujeitos jurídicos e proprietários colectivos submetidos a muitas das regras estabelecidas para as cooperativas. São entidades que a própria Xunta da Galiza vê como perfeitamente orientadas e com capacidade resposta às necessidades das explorações agrícolas e do meio rural galego em geral. A constituição de novas SATs pode assim ser a solução para os riscos de divisão ou desaparecimento sofridos por explorações familiares tradicionais.

Outro tipo de sociedades agrárias de transformação, as de carácter comunitário, também começam a surgir com alguma relevância, o que poderá contribuir para reordenar os subsectores produtivos agrários e redimensionar certas explorações de pequena dimensão. As SATs fornecedoras de serviços e as vocacionadas para o desenvolvimento rural permitem reduzir custos e geram efeitos positivos nas explorações agrícolas e na sustentação do meio rural (de acordo com as normas comunitárias), até porque são promotoras de diversificação produtiva e de fixação de população no meio rural. Enquanto empresas com personalidade jurídica própria, as SATs são também uma boa forma de liderar iniciativas para transformação e comercialização das produções agropecuárias, aumentando o valor dos ganhos possíveis para o sector agrário galego. (Xunta de Galicia 2003, 90-91)

### 3.3. Fragilidades comuns à Euro-região Galiza-Norte de Portugal

Quanto a fragilidades partilhadas pelas duas partes da Euro-região, como António Montalvão Machado assinala, numa economia que se quer crescentemente liberal<sup>30</sup> há o risco de as cooperativas serem “postas à margem dos processos de desenvolvimento (...) tendo que assumir uma postura mais pró-activa para não correrem o risco de desaparecer” (País Positivo 2012, 1).

Podemos dizer que, desde os anos de 1930 que a dificuldade partilhada pelas cooperativas em todo o mundo (ou pelo menos nas sociedades de tipo ocidental), é a de o movimento cooperativo se adaptar a um mundo em que não pode esperar, como no passado antes mesmo de 1934, “um crescimento indefinido num ambiente de inteira liberdade económica”. É pois necessário que o cooperativismo “se adapte, quer pela luta, quer estabelecendo acordos, a um meio complexo, parcialmente livre e parcialmente organizado” (Fauquet 1980, 20). As dificuldades encontradas por Fauquet, quase profeticamente ainda se poderão dizer, mas claro com as devidas diferenças vindas da evolução socioeconómica e política ocorrida entretanto, ser as mesmas dos dois sectores cooperativos que aqui estudamos.

### 3.4. Iniciativas de colaboração entre os sectores cooperativos euro-regionais já existentes

#### 3.4.1. *Programas de colaborações dos dois sectores cooperativos*

Chegamos finalmente a uma parte especialmente importante para tirar conclusões em relação à pergunta que é ponto de partida do estudo: saber quais as colaborações entre os dois sectores cooperativos sociais, o norte-português e o galego, e quais os resultados destas. É curioso notar que as primeiras destas colaborações precedem a adesão formal dos dois países à então CEE. Segundo informações que recolhemos, por exemplo a

---

<sup>30</sup> O “peso pesado” do cooperativismo George Fauquet contestaria porém a ideia de Montalvão Machado (e outros) de que a economia ocidental está crescentemente liberal: já em 1934 afirmava como o capitalismo vinha eliminando a livre concorrência através de acordos nacionais e internacionais, e pela constituição de cartéis e de *trusts*, sendo parcialmente liberal e parcialmente organizada e dirigida. Segundo este autor, “o Estado Liberal deixou praticamente de existir” (Fauquet 1980, 19). Note-se que quer analisando a economia actual como estando a ficar crescentemente liberal quer analisando-a como estando a ficar crescentemente uma fusão liberal-dirigista, podemos aplicar a análise de A. Montalvão Machado de um “afogar” das cooperativas numa economia de “gigantes” (embora com *nuances* de uma visão para outra)

união de cooperativas UniNorte desenvolve desde 1985 esforços de “cooperação, intercooperação e intracooperação com entidades do sector público e do sector cooperativo e social da Galiza, com interesse para os nossos membros colectivos no Norte de Portugal”,<sup>31</sup> pelo que o seu interesse nos merecerá a melhor atenção e cooperação, esclarecidas as questões de enquadramento acima referidas.

A preocupação com uma colaboração entre cooperativismos norte-portugueses e galegos já passou da teorização, tornando-se factual, visto que as organizações deste sector dos dois lados da fronteira na Euro-região Galiza-Norte de Portugal já repararam, como diz Manuel Losada, que as sinergias no “terceiro sector” são “um aspecto cada vez mais importante no encontro de uma estratégia comum entre o cooperativismo português e galego” que será certamente bastante útil no futuro.

Como exemplo de iniciativas e acções a ter em conta, referimos o projecto Coopera+, da AD RAT (Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega), uma iniciativa para fomentar o cooperativismo nos dois lados do rio Minho e a cooperação em âmbitos económicos e sociais, que se tem realizado desde 2011. Para além de dar assessoria a cooperativas dos dois lados da fronteira, o projecto tem feito recolha de informações relativas a esta área e em geral tenta organizar colaborações criativas e sinérgicas entre os sectores cooperativos e sociais desta euro-região. Entre as iniciativas levadas a cabo, destacamos as seguintes:

- Novembro de 2011 (Vigo) - Reunión de seguimiento, para revisão do projecto e apresentação do portal Online do projecto.
- Janeiro de 2012 (Vigo) - Reunión de seguimiento e seminário sobre “O Cooperativismo na Euro-região Norte de Portugal-Galiza”
- Março de 2012 (Vigo) - Evento intercooperativo “As cooperativas e a internacionalización - como abordar as vendas no exterior”
- Julho de 2012 (Santiago de Compostela) - Encontro Internacional de Cooperativas “As empresas cooperativas axudan a construír un mundo mellor”; Mostra de Productos e Servizos Cooperativos; comemorações do Día do Cooperativismo Galego

---

<sup>31</sup> Citação de Fernando Martinho, Presidente da Direção da UniNorte – União Cooperativa Polivalente da Região Norte, CRL (organização cooperativa de vários subsectores que abrange todos os concelhos da Região Norte de Portugal, excepto Ponte de Lima) proferida durante o contacto do autor da tese com o Sr. Dr. Martinho.

- Outubro de 2012 (Santiago de Compostela) - Misión Inversa com distribuidores alimentares da Bélgica, Holanda e Alemanha; Jornada de Integración Cooperativa e Internacionalización
- Novembro de 2012 (Manchester) – Colaboração na presença da euro-região na ExpoCoop da Aliança Cooperativa
- Novembro de 2012 (Viana do Castelo) - *Congresso internacional - energia: políticas, inovação e negócios*”
- Janeiro de 2013 (Santiago de Compostela) - Sessões de formação de “Agentes cooperativos” (Cfr. Portal Online do Coopera+).

Um outro projecto que julgamos importante, envolvendo a já referida UniNorte, foi o DESQOOP, desenvolvido entre 2006 e 2009. O DESQOOP, “Desenvolvimento rural transnacional de base cooperativa, Galiza – Norte de Portugal”, pretendeu fomentar o desenvolvimento rural através da promoção empresarial e comercial do cooperativismo e dos seus factores de competitividade, associando para este fim 9 entidades, públicas e privadas, sem fins lucrativos, galegas e norte-portuguesas. O principal financiador foi a UE, através do FEDER, pelo que também foram incluídos alguns investimentos em infra-estruturas.

A área de intervenção do programa DESQOOP foi a zona interior<sup>32</sup> da Galiza e do Norte de Portugal, especificamente a região transfronteiriça destas áreas, um espaço de 51 km<sup>2</sup> com uma população de 6,3 milhões de pessoas, incluindo territórios das NUTS III galegas de Ourense, Pontevedra e La Coruña/A Coruña, que tem a sua economia essencialmente assente em sectores tradicionais, sendo por isso necessárias estratégias de desenvolvimento territorial e de modernização das economias locais.

O DESQOOP alinou-se com as estratégias nacionais portuguesa, espanhola e galega no âmbito do emprego, da promoção da agricultura e do cooperativismo. No caso das prioridades específicas definidas pela CCDR-N (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte), destaca-se a “valorização das potencialidades regionais, em particular, aquelas que exigem uma actuação concertada, em áreas como: criação de emprego e reforço da capacidade institucional”, bem como as “actuações integradas de base territorial que se coordenem com as políticas sectoriais e apoio para a competitividade de clusters regionais” (DESQOOP, s.d.).

---

<sup>32</sup> Esta é escolhida para área de acção ao invés do litoral da euro-região devido às desigualdades interior-litoral existentes nas duas regiões constituintes da euro-região, portanto o interior sendo mais subdesenvolvido e mais necessitado de apoios e desenvolvimento.

O DESQOOP é um projecto subjacente à ideia de que o cooperativismo pode potenciar maior interacção transfronteiriça de actores sociais e económicos numa área geográfica com actividade cooperativa importante e com potencial de desenvolvimento empresarial e comercial cooperativo na área rural, com a complementaridade da actividade económica cooperativa como prova do interesse do mercado para as empresas locais e atractivo para o mesmo investir nas empresas locais, incentivando também cooperação empresarial para redução dos custos da compra de fornecimento do acesso a redes de distribuição agro-alimentares e industriais tradicionais do local. Estes esforços associam-se também aos recentes incrementos de relações fronteiriças aos níveis social e político entre municípios da zona, e também na melhoria das infra-estruturas de comunicação. Tudo isto, junto com a forte presença de empresas cooperativas na zona, são factores facilitadores da execução do projecto-piloto DESQOOP como promotor de relações empresariais e económicas a partir da área da economia social, sendo preciso para este fim uma intervenção integral em desenvolvimento territorial e rural (DESQOOP, s.d.).

O DESQOOP tem os seus objectivos operativos articulados em dois eixos de actuação: identificar factores de competitividade empresarial do cooperativismo, orientados para o desenvolvimento rural transfronteiriço, e para a potenciação de sectores de actividade económica tradicional; e a promoção da cooperação empresarial, da qualidade dos produtos e serviços e da abertura do mercado cooperativo transfronteiriço, criando um Centro de Desenvolvimento Cooperativo Transfronteiriço, com uma sede física em Espanha e outra em Portugal, de gestão co-participada, com serviços cooperativos (planos de assessoria, formação de alto nível, divulgação e sensibilização quanto ao cooperativismo, e projectos de “incubadora de empresas”) e serviços polivalentes de utilidade ao ambiente envolvente transfronteiriço (DESQOOP, s.d.).

Em 2009 o DESQOOP apresentou o seu relatório final na CCDR-N. É hoje ainda incerto se o projecto efectivamente terminou, tendo cumprido o seu fim, ou se, como vários projectos de cooperação euro-regional, vai continuar a existir sob uma nova “reencarnação”, com novo nome e propósitos adaptados aos problemas apontados pelo seu relatório final. Por exemplo, neste momento, a UniNorte está em processo de desenvolvimento de novos projectos de cooperação com a Galiza, principalmente para o período 2013-2015.

Há outros projectos deste género, para além do Coopera+ e do DESQOOP, mas no geral não têm tido tanta longevidade, sucesso, âmbito alargado, independência de apoios (fora o muito apoio da *Consellería de Traballo e Benestar* da Xunta ao Coopera+) ou capacidade de organização de esforços dos dois lados da fronteira, comparados com estes dois projectos que descrevemos.

#### *3.4.2. Outras iniciativas de colaboração*

Para além dos projectos e programas não-estatais acima descritos, existem ainda várias iniciativas, quer mais pontuais, p. ex.: encontros, conferências, etc., quer mais prolongadas no tempo, mas mais em forma de colaboração activa em geral, como o caso da colaboração entre os sectores cooperativos da agricultura galega e norte-portuguesa.

Em termos destas iniciativas, podemos dizer que os encontros, conferências e afins são usados por todos os sectores cooperativos, mas principalmente pelas cooperativas de ensino, embora frequentemente em eventos envolvendo gente e meios dos outros sectores económicos, o que se deve também ao facto de este subsector educativo cooperativo incluir muitos estabelecimentos de ensino que são *de facto* estabelecimentos completamente privados que tradicionalmente usam a “capa” do cooperativismo, para além do facto de que o ensino cooperativo não tem em Portugal dimensão e dinamismo suficiente para poder fazer sozinho este tipo de interacções com o outro lado da fronteira sozinho, sem acompanhamento do ensino público e/ou privado. Exemplos de iniciativas destas são os Congressos Internacionais de Formação Norte de Portugal/Galiza, em que pessoas do sector educativo de todos os sectores trocam impressões sobre a formação de docentes.

## Conclusões

Depois de termos visto todas estas questões e problemáticas, gerais e particulares, que nos interessaram para este estudo e que nós vimos e analisámos, poderemos tirar algumas conclusões.

Para começar, ambas têm uma maior abundância de cooperativas do primeiro grau, tendo também bastantes cooperativas do segundo grau e algumas do terceiro grau.

As duas regiões estão em países que tiveram passados pré-contemporâneos com actividades de “cooperativismo pré-owenista” (desde associativismos campestres da Idade Média), mas enquanto teoria e prática plena cooperativas acompanhadas de um sector económico completamente individualizado só começaram no século XIX, ligeiramente antes em Portugal (começando a ser aplicado e pensado a partir de 1834 em Portugal, com as cooperativas de trabalhadores a começarem em Espanha em 1842). Em Portugal a criação do sector cooperativo e social moderno foi uma iniciativa para recuperação económica de um país devastado por uma guerra civil, enquanto em Espanha<sup>33</sup> se adoptou o cooperativismo mais como maneira de moderar os efeitos da industrialização capitalista que a economia espanhola estava a sofrer, e moderar a reacção sindical a tais efeitos. Ao longo dos anos das monarquias constitucionais ibéricas o cooperativismo foi sendo legislado e formalizado nos dois países (em Portugal através da Lei Basilar de 1867 de Andrade Corvo e em Espanha através do Acto de Associações de 1887 e do Acto de Uniões das Quintas de 1906), que foram ajudando os primeiros avanços na consolidação das cooperativas nos respectivos países, com as cooperativas aumentando ao longo dos anos subsequentes. Em ambos os países os sectores cooperativos e sociais foram depois apoiados ideologicamente e, em menor grau, na prática por republicanismos federalistas descentralizadoras (com diferenças: o republicanismo tomou o poder primeiro em Espanha, em 1873 por um ano, e novamente de 1931 a 1939, mas a fase de republica demo-liberal federalizante durou mais tempo em Portugal, quase 16 anos). Ambos os países tiveram o cooperativismo defendido por todo o tipo de correntes ideológicas, mais e menos *mainstream*. Depois ambos os países passaram por ditaduras que, embora não reprimindo directamente, o controlaram e limitaram o desenvolvimento e actividades do cooperativismo (através das suas leis

---

<sup>33</sup> Que também passou alguns conflitos intestinos de menor intensidade no início-meados do século XIX (nomeadamente as dinásticas Guerras Carlistas), apesar de isto não ter tido, como em Portugal, influência de maior no surgimento do cooperativismo.

cooperativas), permitindo principalmente o desenvolvimento do cooperativismo agrário e dando menos apoio aos restantes, só dando “rédea solta” à classe educativa do cooperativismo nas fases finais, de relativa abertura dos regimes em decadência, vigilância não impediu que figuras oposicionistas como António Sérgio em Portugal e José Maria Arizmendiarieta em Espanha desenvolvessem durante largas décadas actividades bem-sucedidas e bem vistas no sector cooperativo, incluindo no ensino cooperativo, ou que associativismos concelhistas rurais tradicionais continuassem em prática, por exemplo no País Basco/*Euskal Herria*. Em ambos os países a democracia permitiu o reflorescer e expandir do cooperativismo, principalmente a classes de cooperativas não agrícolas, apesar de, por exemplo, em Portugal o primeiro governo constitucional ter aprovado uma “Lei Barreto” algo limitadora do apoio a cooperativas. Boa parte das limitações da “Lei Barreto” foram porém revertidas pelo Código Cooperativo de 1980, ou pelo Código Cooperativo de 1997.

Comparando as histórias dos cooperativismos norte-português e galego, ambos desenvolveram-se de forma completa relativamente tarde no século XIX, embora nas duas regiões o cooperativismo tivesse raízes em ancestrais associativismos rurais tradicionais (e que o cooperativismo numa cidade portuguesa de importância só secundária à da capital como o Porto se viesse a ensaiar desde os anos de 1830 e 1840), a maior parte destas dissolveram-se dentro doutras e o terceiro cooperativo só começaram a expandir-se pelo resto do território do Norte de Portugal, razão porque só vemos um cooperativismo devidamente organizado a nível regional como o surgimento do Congresso das Cooperativas do Norte em 1898. Quanto à Galiza, os ideais (gémeos na Galiza) do cooperativismo e do nacionalismo localista começaram a desenvolver-se seriamente a partir da II República Espanhola, com o crescimento do cooperativismo impulsionado por leis de 1887 e 1906, e influências da Europa, da diáspora, do socialismo e da Doutrina Social da Igreja, com as primeiras cooperativas agrícolas a serem criadas pelas décadas de 1870-1880.

Os sectores cooperativos de ambas as regiões têm as suas fraquezas significativas: se por um lado o cooperativismo norte-português sempre teve uma falta de força prática e ideológica (a maioria dos cooperativistas nacionais tendo origem no Sul ou Centro de Portugal) e o cooperativismo português a ter grande centralização em Lisboa (desde os princípios no século XIX), por outro lado o cooperativismo galego tem o ponto fraco da sua associação umbilical ao nacionalismo galego, mais fraco na Galiza que as tendências centralistas ou regionalistas *soft*, o que enfraquece o cooperativismo galego

por associação e fez com que ao longo da sua história o cooperativismo galego tivesse momentos de “corte” no seu desenvolvimento em que o sector voltava praticamente ao zero. Assim, se por um lado falta ao sector cooperativo e social norte-português pujança<sup>34</sup> e sentido empresarial (que o galego tem), por outro o sector cooperativo e social galego não tem a continuidade história e capacidades cultural e representativa (que o norte-português tem). As duas regiões componentes desta euro-região partilham em conjunto a fraqueza presente no risco de o sistema económico actual, crescentemente menos livre e parte dirigido e parte livre, poder pôr as cooperativas à margem do desenvolvimento económico, obrigando-as a terem de ser mais activas para evitarem desaparecer.

Os “terceiros sectores” de ambas as regiões têm reconhecido a necessidade de mudança no sector para o modernizar e até permitir a sobrevivência do sector enquanto tal. No lado galego, quase todas as cooperativas agrárias admitem necessitar de mudança, segundo os estudos da área principalmente em termos de investigação, desenvolvimento e inovação, para além da questão das diferenças de género, das questões que têm recebido mais atenção enquanto área a trabalhar na Galiza, e da questão da criação de mais SATs do lado galego como forma de incentivar o desenvolvimento e criação de economia de escala no sector em estudo. Já do lado norte-português, embora não existam ainda estudos aprofundados que permitam saber exactamente que consideram os actores do sector como necessitado de mudanças nem que opinião estes têm sobre as mudanças ocorridas e por ocorrer nas questões de género, podemos supor que a necessidade de mudança é fortemente admitida também pelos actores do sector cooperativo norte-português, e dadas as semelhanças sociológicas e culturais entre as duas regiões, será de supor que a situação geral entre as duas áreas na questão de género seja semelhante. Já a noção de mudar o terceiro sector para cumprir a “teoria das três etapas” de Gide, “cooperativizando” toda a economia, é uma tese datada, que pouco influencia a prática e pouca possibilidade de ser implantada em qualquer futuro mais próximo ou mesmo a longo prazo.

Quanto a efeitos de programas governamentais portugueses desenvolvidos especificamente para desenvolver o sector cooperativo e social como o PRODESCOOP e o PAECPE, pode-se resumir que, apesar das boas intenções e do incentivo que davam ao cooperativismo, falharam o objectivo básico de aumento do emprego no sector e do

---

<sup>34</sup> Como aliás a todo o sector cooperativo e social norte-português no todo da economia portuguesa, em lucros, capital, etc..

número de cooperativas, com o número de cooperativas não só na região Norte de Portugal especificamente mas no resto do país em geral a descer (com poucas excepções. De entre os cinco distritos que compõem a Região Norte, Braga e Vila Real desceram o número de cooperativas de 2009 para 2010, ficando os números constantes nos outros três. Infelizmente não é totalmente possível de ser medido o efeito do PRODESCOOP e PAECPE porque os valores quanto a número de cooperativas portuguesas para 2011 e 2012 ainda estão a ser recolhidos pelas principais instituições de recolha de dados do sector cooperativo). A facturação das cooperativas também não teve melhorias assinaláveis, tendo tendência para baixar na maioria dos sectores, uma tendência exemplificada pelo que ocorreu no ramo educativo/de ensino do sector cooperativo. Assim, dado o pouco sucesso dos programas governamentais de incentivarem de forma significativa, ou de todo, a situação do “terceiro sector” nesta euro-região, parece que realmente, respondendo à nossa pergunta base subjacente ao nosso trabalho, realmente terá de ser a colaboração entre os dois sectores cooperativos nesta euro-região, feita por acção dos próprios actores do “terceiro sector”, a ser a “tábua de salvação” dos dois sectores ante as suas fragilidades e pouco peso no todo da economia individuais, mas tendo em conta que os potenciais dos dois sectores são acompanhados de grandes fragilidades, sendo portanto que não é um cenário em que a simples associação de esforços e forças resolverá todos os problemas, mas que facilitará o levantamento de fundos e a criação de uma maior economia de escala.

Quanto às geminações, estas foram incapazes até ao momento de expandir as colaborações institucionais entre cooperativas e afins dos dois lados da fronteira quando os concelhos em causa não são vizinhos e fronteiriços.

Os programas de colaboração que têm existido têm tido os seus efeitos positivos e conseguido manter colaboração ao longo do tempo, mesmo que não atinjam todos os seus objectivos. O facto de que estes programas mesmo que descontinuados acabem por continuar em novas “encarnações” com outros nomes mas muitas das mesmas iniciativas embora melhoradas não só prova a utilidade e sucesso destas iniciativas mas a necessidade pelos actores cooperativos de ambos os lados da Euro-região Galiza-Norte de Portugal deste tipo de iniciativas. Apesar de a maioria destes programas não ter tido sucessos muito significativos (embora consigam criar sinergias entre os dois lados da fronteira), o facto de muitos deles terem “várias encarnações”, sob vários nomes e edições mostra que ainda há muito futuro para colaborações Galiza-Norte de Portugal no sector cooperativo, com o COOPERA+ a ser de longe o projecto mais

significativo pelo seu âmbito alargado e contínuo no tempo, podendo tornar-se a longo prazo a “espinha dorsal” do aprofundamento da colaboração entre os dois sectores cooperativos, ao que uma maior articulação com o eixo atlântico poderá ajudar. Quanto ao DESQOOP, falta ver o que acontecerá com o programa para o resto do ano de 2013, e de 2013 em diante.

Quanto à legislação fiscal, seria um bom passo para uma proximidade entre as duas áreas dentro da euro-região o aproximar das normas fiscais dos dois lados, talvez com a legislação portuguesa a obrigar as cooperativas a (com os seus excedentes e afins) criar uma série de fundos para sua autosubsistência e actividades extra (como na Galiza) e a legislação galega e espanhola em geral a aplicar reduções, em percentagens a discutir pelos legisladores, do IRC e de alguns outros impostos que afectem as cooperativas.

Quanto a sugestões para o desenvolvimento do sector cooperativo e social da Euro-região Galiza-Norte de Portugal, seria de interesse para o sector que a tendência para formação de cooperativas dos segundo e terceiro graus, uniões cooperativas e federações e confederações, para aumento da quota de mercado e economia de escala das cooperativas não se fique pelos dois lados das cooperativas, mas leve também à fusão de cooperativas de uma mesma classe ou de classes associadas da Galiza e do Norte de Portugal, por exemplo, as rurais da Galiza e do Norte de Portugal, as de ensino da Galiza e do Norte de Portugal, ou pelo menos da mesma classe ou algumas classes próximas de qualquer de duas cidades geminadas, sob o beneplácito das geminações das suas câmaras/*alcalderias*.

Em conclusão, com um desenvolvimento crescente do COOPERA+, e com o COOPERA+ e o Eixo Atlântico a servirem como “pilares gémeos” da criação e desenvolvimento de ligações entre os sectores cooperativos, com as geminação de cidades e vilas a terem um papel mais activo dentro de uma moldura liderada por ditos “pilares”, uma aproximação entre legislações fiscais dos dois lados e eventualmente a criação de algo semelhante às SATs galegas no Norte de Portugal (o nos parece recomendável devido à vitalidade económica destas na Galiza, sendo por isso possíveis exemplos de modelos que poderão ser “importados” para o Norte de Portugal), e associação entre as SATs e esse vindouro equivalente norte-português, poderão ser dados passos importantes para o futuro desenvolvimento destes dois sectores cooperativos e sociais em todo o seu potencial de forma que não poderão provavelmente fazer isoladamente no curto, médio, ou mesmo longo prazo.



## Bibliografia

- ANQEP - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (2010), QNQ - Quadro Nacional de Qualificações. Online: <http://www.catalogo.anqep.gov.pt/Home/QNQ>
- ARTIC CENTRE (s.d.), *North Calotte Council / Nordkalotterådet*, Artic Centre/Artiken Keskus, Disponível Online em: <http://www.arcticcentre.org/?DeptID=8928>
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1976), *Constituição da República Portuguesa*, ed. Almedina.
- BARATA, Lurdes (2012), *Os números do cooperativismo em Portugal*, ed. Iniciativa 2012 Ano Internacional das Cooperativas, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social.
- BARCELOS POPULAR (2009), Suplemento *Cooperativismo – União pelo Homem, não pelo lucro*, 10 de Setembro de 2009, páginas 13-20.
- BROWN, J. (2006), “*Designing Equity Finance for Social Enterprises*”, *Social Enterprise Journal*, 2 (1): 73 81.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS (s.d.), *Pontevedra - Espanha*, website *Município de Barcelos*, Online em: <http://www.cm-barcelos.pt/autarquia/geminacoes/pontevedra-espanha>
- CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS (s.d.), *GEMINAÇÕES*, WEBSITE *Matosinhos – Câmara Municipal*, Online em: <http://www.cm-matosinhos.pt/pages/68>
- CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO CONDE (s.d.), *Geminações*, website *Câmara Municipal de Vila do Conde*, online em [http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_PaginaId=27802](http://www.cm-viladoconde.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=27802)
- CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (s.d.), *GEMINAÇÕES E PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO – Vigo (1986)*, website *PORTO – Câmara Municipal*, Online em: <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?p=stories&op=view&fokey=cmp.stories/7176>
- CANFIN, Pascal (2008), *La définition de l'économie sociale et solidaire*, “Comment entreprendre autrement”, webjornal Alternatives Economiques, Dossier Web n° 029 – septembre.
- CONSELHO DA EUROPA (s.d.), *What is a Euroregion?*. Online: <http://tinyurl.com/bt6j9u7>
- CO-OPERATIVE UNION LTD (1949), *Prague Congress, September, 1948*. An Outline of the Proceedings of the 1948 Congress. Based on the Official Report of International Co-Operative Alliance.
- CONSELHO GALEGO DE COOPERATIVAS (1998), *Ley 5/1998 de Cooperativas de Galicia*
- CONSELHO GALEGO DE COOPERATIVAS (2004), *Ley 14/2004 de medidas tributarias y de régimen administrativo DOG n° 253 del 30 de diciembre de 2004 por la que se introducen modificaciones en la Ley de Cooperativas de Galicia*.
- COOPERA+ (s.d.), *Eventos*, Online: <http://www.cooperamais.org/index.php/pt/novas-e-eventos-pt-2/eventos-pt> e <http://www.cooperamais.org/index.php/pt/novas-e-eventos-pt-2/eventos-pt?start=10>

- COOPERATIVA ANTÓNIO SÉRGIO PARA A ECONOMIA SOCIAL (s.d.), *Evolução do Número de Cooperativas - Global*, Website da CASES. Acesso On-line em: [http://www.cases.pt/0\\_content/cooperativas/estatisticas/ultimosanos/todos.html](http://www.cases.pt/0_content/cooperativas/estatisticas/ultimosanos/todos.html)
- COOPERATIVA DE OLIVICULTORES DE VALPAÇOS (s.d.), *A Cooperativa*, in *Cooperativa de Olivicultores de Valpaços: Site Oficial*, online em <http://azeite-valpacos.com/site/cooperativa.html>
- COOPERATIVAS DE GALIZA (s.d.), *Diagnose do sector cooperativo galego*, Online em <http://www.cooperativasdegalicia.com/webs/mbp/?sec=diagnose>
- CORCORAN, Hazel, WILSON, David (2010), *The Worker Co-operative Movements in Italy, Mondragon and France: Context, Success Factors and Lessons*. Ed. Fédération Canadienne des Coopératives de Travail - Canadian Worker Co-operative Federation.
- DESQOOP – DESENVOLVIMENTO RURAL TRANSFRONTEIRIZO DE BASE COOPERATIVA GALICIA-NORTE DE PORTUGAL (s.d.), *O que é?* Online em <http://desqoop-interregiia.org//portal/index.php?idIdioma=4>
- DESQOOP – DESENVOLVIMENTO RURAL TRANSFRONTEIRIZO DE BASE COOPERATIVA GALICIA-NORTE DE PORTUGAL (s.d.), *Objectivos*, Online em <http://desqoop-interregiia.org//portal/index.php?idMenu=9&idIdioma=4>
- DGEEC (2012), *Estatísticas do Ensino Superior (2011) - Diplomados no Ensino Superior em 2010-2011*, DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência. Acesso a partir de: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/90/>
- DGEEC e Direção de Serviços de Estatística da Educação (2012), *Regiões em Números 2010/2011: Volume I – Norte*, DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, online em <http://tinyurl.com/cbqwmnh>
- DGEEC, Direção de Serviços de Estatísticas da Educação e Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário (2012), *Estatísticas da Educação 2010/2011 – Jovens*, DGEEC - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, online em [http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=674&fileName=EEF2011\\_Jovens.pdf](http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=674&fileName=EEF2011_Jovens.pdf)
- DIÁRIO DA REPÚBLICA (1999), *I SÉRIE-B N.º 18 — 22-1-1999*.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA (2009), *1.ª série — N.º 172 — 4 de Setembro de 2009*.
- EIXO ATLANTICO (s.d.), *Ciudades*, Online em: <http://tinyurl.com/bmhqn48>
- EIXO ATLANTICO (s.d.), *Historia do Eixo Atlantico*, Online em: <http://www.eixoatlantico.com/?q=es/eixoatlantico/historia>
- EL PAIS (2009), “Eroski se convierte en la mayor empresa cooperativa del mundo – 38.500 trabajadores por cuenta ajena podrán ser socios”, in Secção *Economia*, 18 Janeiro. Online: <http://tinyurl.com/c3qtlsw>
- FAUQUET, George (1980), *O Sector Cooperativo – Ensaio sobre o lugar do homem nas instituições cooperativas e destas na economia*, Lisboa: Livros Horizonte.
- FENPROF (2007), *Contrato Colectivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo*, Online em: <http://tinyurl.com/d9sy8vt> (inclui nota inicial sobre o mesmo).

- GRUPO DE ESTUDIOS SOCIALES Y ECONÓMICOS DEL TERCER SECTOR (2008), Estudio sobre las cooperativas y sociedades laborales en España. Universidad de Zaragoza, Online em: <http://tinyurl.com/cwgmm78>
- IGUAL, Juan Francisco Juliá, VIDAL, Sergio Mari (2002), “Farm Cooperatives and the Social Economy: The Case of Spain”, Universidade Politécnica de Valência, in *Journal of Rural Cooperation*, 30(2): 119-133.
- INTERNATIONAL CO-OPERATIVE ALLIANCE (2013), *Identidade das cooperativas, valores e princípios*. Genebra. On-line: <http://tinyurl.com/bym8l35>
- NOBRE, Roberto (1964), *Singularidades do Cinema Português*, Portugalíia.
- MACHADO DE ALMEIDA, Bruno José (2005) “O Sector Cooperativo em Portugal: aspectos económicos”, *Revisores e Empresas*, nº 28, Janeiro/Março de 2005: 55-63.
- MACINHEIRAS, Iria (s.d.), “Um anaco da História da Galiza: a história do nacionalismo galego”. In portal de Internet Galicia Espallada, Online em: [http://www.galiciaespallada.com.ar/historia\\_nacio\\_galego.htm](http://www.galiciaespallada.com.ar/historia_nacio_galego.htm)
- MARQUES SIMÕES, Marina, ANTUNES, Rui Pedro, FRECHES, Sílvia, SIMÕES, Sónia (2012), “Resultados - Receitas de cooperativas caíram 2,3 milhões”, in *Diário de Notícias*, edição de 12 de Novembro de 2012.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE (2013), *Enseñanzas no universitarias*, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, varias tabelas acedíveis e disponíveis Online a partir de: <http://www.mecd.gob.es/horizontales/estadisticas/no-universitaria.html>
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE (2000), *Programa de Desenvolvimento Cooperativo – PRODESCOOP*, disponível Online a partir do Portal da ConfeCoop: <http://www.confe.coop/web/legisl/prodescoop.pdf>
- MONZÓN, José Luis (Dir.) (2010), *Las Grandes Cifras de la Economía Social en España*. CIRIEC - Centro Internacional de Investigación e Información sobre la Economía Pública, Social y Cooperativa (Valência). Online: <http://tinyurl.com/d3j7smj>
- MONZON, J. L. & CHAVES, R. (2008) “The European Social Economy: Concept and Dimensions of the Third Sector”, *Annals of Public and Cooperative Economics*, 79 (3/4): 549-577.
- MOUGÁN BOUZÓN, D. Higinio (2012), *XII Informe sobre a xestión e o estado económico do cooperativismo agrario en Galicia*, Dirección Xeral de Relacións Laborais. Xunta de Galicia e AGACA, Santiago de Compostela.
- OSÓRIO, Carlos (2008), *História – Três décadas de cooperativismo*, in blogue *Ucanorte XXI*, Online em: <http://ucanorte.blogs.sapo.pt/1726.html>
- PIMENTEL, Pedro (2007), *Os desafios da produção de leite no Norte de Portugal*, ANIL, Online em: <http://www.anilact.pt/documentos/pedropim006.pdf>
- REBELO, João (2012), “O caso das cooperativas agrícolas”, in *Seminário As Cooperativas e a Economia Social (CETRAD/DESG/UTAD)*, Lisboa, 29 Fevereiro 2012. Disponível: <http://tinyurl.com/c4299e5>
- REVISTA PAÍS POSITIVO (2012), *O cooperativismo como elemento potenciador de sinergias entre Portugal e a Galiza*, Número de 4 de Fevereiro de 2012, Online em:

[http://www.paispositivo.org/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=2677](http://www.paispositivo.org/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2677)  
(Revista e hiperligação entretanto desactivadas)

RIDLEY-DUFF, R. J. (2007) "Communitarian Perspectives on Social Enterprise", *Corporate Governance: An International Review*, 15 (2): 382-392.

SERRÃO, Fernando (2000), *Breve e Simples Narração de um Percurso Empolgante: Agros-União das Cooperativas de Produtores de leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, AGROS – União das Cooperativas de Produtores de Leite de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, U.C.R.L..

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO (2007), "Reestruturação da Carreira Docente - ANEXO IV", Website do SPRC, Online em: <http://www.sprc.pt/upload/File/PDF/Sectores/PatiCoop/AnexoIV.pdf>

TAYLOR, Rupert (Ed.), (2010), *Third Sector Research*, Springer.

TEJERIZO LÓPEZ, José Manuel (2008), "El Régimen Tributario de las Cooperativas en España. Aspectos Generales". *Gezki*, n.º 4, 41-78. Online: <http://tinyurl.com/d2oaxn7>

THE HIGHLAND COUNCIL - INVERNESS CITY COMMITTEE (2008). "The City of Inverness Town Twinning Committee - Joint Report". Online: <http://tinyurl.com/bupa7cg>

XUNTA DE GALICIA (2003), *Libro branco do cooperativismo en Galicia*. Ed. Xunta de Galicia, Consellería de Asuntos Sociais, Emprego e Relacións Laborais, Dirección Xeral de Relacións Laborais e Consello Galego de Cooperativas. Disponível Online: <http://tinyurl.com/bpt4ysl>